



## Relatório Anual 2010





Relatório Anual 2010

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade  
PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf  
1º VICE-PRESIDENTE

Antônio Carlos da Silva  
2º VICE-PRESIDENTE

Flavio José Cavalcanti de Azevedo  
3º VICE-PRESIDENTE

Paulo Gilberto Fernandes Tigre  
Alcantaro Corrêa  
José de Freitas Mascarenhas  
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Rodrigo Costa da Rocha Loures  
Roberto Proença de Macêdo  
Jorge Wicks Côrte Real  
José Conrado Azevedo Santos  
Mauro Mendes Ferreira  
Lucas Izoton Vieira  
Eduardo Prado de Oliveira  
Antônio José de Moraes Souza  
VICE-PRESIDENTES

Francisco de Assis Benevides Gadelha  
1º DIRETOR FINANCEIRO

João Francisco Salomão  
2º DIRETOR FINANCEIRO

Sérgio Marcolino Longen  
3º DIRETOR FINANCEIRO

Paulo Afonso Ferreira  
1º DIRETOR SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade  
2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio Rocha da Silva  
3º DIRETOR SECRETÁRIO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan  
Olavo Machado Júnior  
Denis Roberto Baú  
Edilson Baldez das Neves  
Jorge Parente Frota Júnior  
Joaquim Gomes da Costa Filho  
Eduardo Machado Silva  
Telma Lucia de Azevedo Gurgel  
Rivaldo Fernandes Neves  
Glaucio José Côrte  
Carlos Mariani Bittencourt  
Roberto Cavalcanti Ribeiro  
Amaro Sales de Araújo  
Sergio Rogerio de Castro  
Julio Augusto Miranda Filho  
DIRETORES

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque  
José da Silva Nogueira Filho  
Carlos Salustiano de Sousa Coelho  
TITULARES

Célio Batista Alves  
Haroldo Pinto Pereira  
Francisco de Sales Alencar  
SUPLENTE



Brasília  
2011

© 2011. CNI – Confederação Nacional da Indústria.  
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

---

C748r

Confederação Nacional da Indústria.  
Relatório anual 2010 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2011.  
57 p.:il.

1. Relatório 2. Gestão orçamentária I. Título

CDU: 338.45.01

---

**CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA**

Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3317- 9001  
Fax: (61) 3317- 9994  
<http://www.cni.org.br>

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE - SAC**

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992  
[sac@cni.org.br](mailto:sac@cni.org.br)



# Índice

PALAVRA DO PRESIDENTE

## **1 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2010**

- 1.1 EXPANSÃO DO EMPREGO E DO CRÉDITO PESSOAL MANTÉM DEMANDA INTERNA AQUECIDA → 12
- 1.2 CÂMBIO VALORIZADO IMPULSIONA IMPORTAÇÕES → 13

## **2 TERMÔMETRO DA ECONOMIA**

- 2.1 ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA → 18

## **3 ENCONTRO COM OS PRESIDENCIÁVEIS**

- 3.1 OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE → 25

## **4 A BANDEIRA DO CRESCIMENTO**

- 4.1 A BOLA DA VEZ → 32

## **5 AS AÇÕES PELA COMPETITIVIDADE**

- 5.1 INVESTIMENTO → 36
- 5.2 RELAÇÕES DO TRABALHO → 38
- 5.3 INFRAESTRUTURA → 40
- 5.4 EDUCAÇÃO → 42
- 5.5 INOVAÇÃO → 43
- 5.6 COMÉRCIO EXTERIOR → 45
- 5.7 MEIO AMBIENTE → 47
- 5.8 MUDANÇA DO CLIMA → 48
- 5.9 BUROCRACIA → 50
- 5.10 MICRO E PEQUENA EMPRESA → 51
- 5.11 AÇÕES NO JUDICIÁRIO → 54

## **6 DIÁLOGO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO**

- 57

## **7 FORTALECIMENTO DAS BASES**

- 61

## **8 MUDANÇA INTERNA**

- 65

# Palavra do Presidente



CNI  
SENAT **CNI**

# Competitividade e Crescimento

## ***A agenda da indústria para o Brasil requer a intensificação das reformas, o aumento da qualidade da educação e mais inovação***

A aceleração do crescimento e o cenário positivo que se desenha para o Brasil nos próximos anos criaram um clima de confiança que favoreceu os investimentos e colocou o país no centro da atenção mundial. A exploração do pré-sal, a Copa do Mundo de 2014, a Olimpíada de 2016 e importantes projetos nos setores de energia e transportes estimularão ainda mais a economia e a indústria nos próximos anos.

Mas essas oportunidades e os avanços econômicos recentes são insuficientes para assegurar um novo ciclo de desenvolvimento sustentado. Precisamos de ações que melhorem o ambiente de negócios e aumentem a capacidade de concorrermos com os principais competidores globais. Por isso, a CNI propôs ao governo e à sociedade o desafio de colocar a competitividade no centro da agenda do país.

As propostas da indústria, que incluem a retomada das reformas estruturais, a melhoria da qualidade da educação e políticas pró-inovação, estão consolidadas no documento *A indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor*. Resultado de um amplo consenso do setor produtivo, o documento foi apresentado no Encontro da Indústria com os Presidenciais, que reuniu mais de 600 empresários, em maio, na sede da CNI. O trabalho será o principal instrumento de diálogo do setor produtivo com o governo e o Congresso Nacional nos próximos quatro anos.

A indústria tem trabalhado para colocar a inovação no centro da estratégia das empresas brasileiras. Por isso criou a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). O movimento, coordenado pela CNI, visa aprimorar as políticas públicas de inovação e ampliar a participação empresarial nessa agenda. Para dar maior capilaridade às ações da MEI, a CNI iniciou o processo de estruturação de Núcleos de Inovação, coordenados pelas Federações das Indústrias, que irão atuar em todo o território nacional. Uma das metas da MEI é dobrar o número de empresas inovadoras até 2013.

O apoio à agenda da inovação e da competitividade nas empresas está entre os compromissos da nova diretoria da CNI. As mudanças na estrutura interna fortalecerão o trabalho de defesa dos interesses da indústria e ampliarão a nossa capacidade de oferecer à sociedade respostas objetivas e consistentes para construir um país com economia forte e justa na distribuição dos frutos do crescimento.

Robson Braga de Andrade

PRESIDENTE DA CNI



# 1 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA



Com a demanda interna aquecida, o crescimento do PIB em 2010 foi o maior da década. Mas os obstáculos estruturais prejudicam a competitividade da indústria brasileira.

O Brasil voltou a registrar crescimento da economia em 2010. O Produto Interno Bruto (PIB) do ano apresentou expansão de 7,6% com relação a 2009 (estimativa CNI). Esse resultado mostra um crescimento substancial da economia, liderado pelo forte ritmo de expansão da demanda interna.

A indústria mostrou o melhor desempenho, com expansão de 10,9% no PIB industrial (estimativa CNI), o que representa a maior variação anual da década. Esse resultado, contudo, se deu sobre um ano atípico: em 2009, o PIB da indústria caiu 6,4%. O processo de recuperação da produção industrial se iniciou em 2009 e se manteve apenas no início de 2010. Os primeiros meses do ano mostraram expansão da produção, com crescimento acumulado de 4,7% até março. Contudo, os meses seguintes mostraram acomodação da produção, acumulando queda de 2,6% de março a dezembro.

Duas situações limitaram a continuidade da expansão da produção industrial: a) o processo de valorização cambial, que fez com que parte da demanda interna seja atendida por produtos importados; e b) o fim de uma série de incentivos tributários adotados durante a crise. Dessa forma, o câmbio valorizado e o peso do sistema tributário aplicado na produção prejudicam a competitividade e a expansão da indústria brasileira.

O fim das desonerações tributárias e o próprio crescimento econômico impulsionaram a receita do Setor Público, enquanto os gastos do Governo Federal mantiveram-se em forte expansão. Os gastos correntes apresentaram ritmo de crescimento real de 8% (janeiro a dezembro de 2010 com relação ao mesmo período do ano anterior). Contudo, uma vez que os investimentos apresentaram crescimento superior aos gastos correntes (31,6% na mesma comparação), a composição dos gastos melhorou.



### **1.1 EXPANSÃO DO EMPREGO E DO CRÉDITO PESSOAL MANTÉM DEMANDA INTERNA AQUECIDA**

A taxa de desemprego no Brasil atingiu o menor nível histórico em 2010: 5,3% em dezembro e 6,7% na média de 2010. Essa situação foi alcançada com a forte expansão de oferta de emprego formal (com carteira assinada), sendo que cerca de 40% desses empregos foram gerados pela indústria. O aumento do emprego industrial, aliado ao forte crescimento dos investimentos no ano, mostra que a indústria amplia sua capacidade produtiva, a despeito de certa acomodação na produção.

O aumento do emprego foi acompanhado pelo crescimento da renda média real do trabalhador. Esse movimento é resultado do aumento na competição entre os contratantes por profissionais de maior qualificação. A falta desses profissionais já é apontada como problema por alguns setores da indústria, principalmente pela construção civil.

O crescimento da remuneração real média, o maior número de pessoas empregadas e a forte expansão do crédito pessoal observados em 2010 ampliaram o poder de compra dos trabalhadores, sustentando o desempenho positivo da demanda interna no ano.

## 1.2 CÂMBIO VALORIZADO IMPULSIONA IMPORTAÇÕES

A taxa de câmbio real-dólar manteve-se em patamar valorizado em 2010. Não houve uma forte valorização como em anos anteriores (a exemplo da valorização de 25% de dezembro de 2008 a dezembro de 2009). O patamar da taxa pouco se alterou em 2010, com valorização de 4% em dezembro de 2010 na comparação com o mesmo mês de 2009. Algumas medidas, de curto prazo, foram adotadas pelo Banco Central na tentativa de conter esse processo, mas serviram apenas para diminuir a velocidade da valorização, e não para reverter a tendência.

Essas medidas acabaram servindo como um paliativo, uma vez que as raízes estruturais para esse movimento permanecem. Políticas fiscais expansionistas nos Estados Unidos e Europa, como medidas de combate aos efeitos da crise, aumentaram expressivamente a quantidade de moeda externa circulante pelo mundo. Esses recursos procuram oportunidades de maior rentabilidade, em geral nos países emergentes, como o Brasil. Além disso, o grande diferencial de taxa de juros interna e externa é forte atrativo para capital estrangeiro, principalmente de curto prazo.

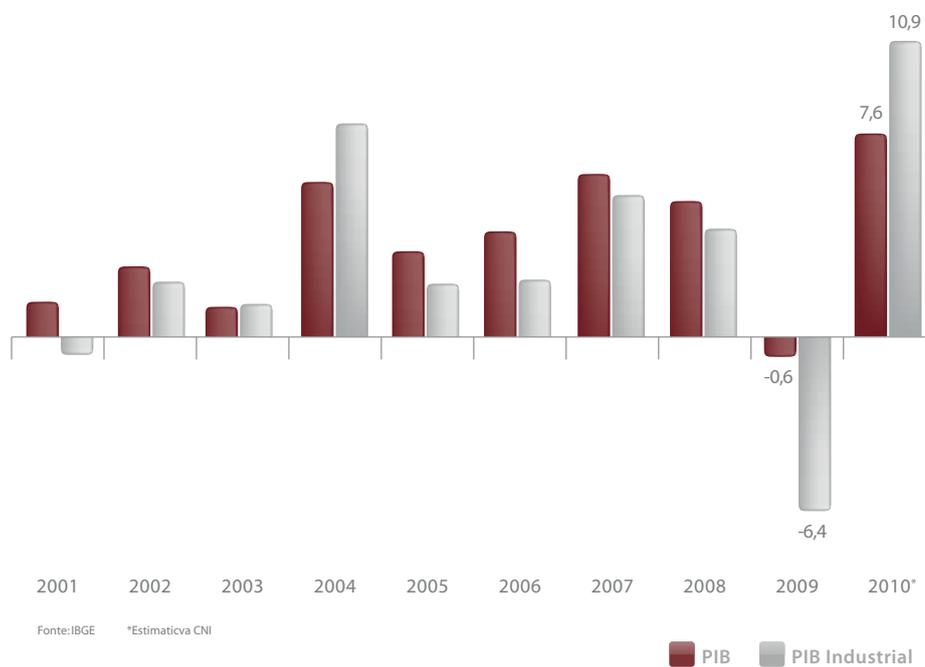
A indústria acabou por ser prejudicada duplamente com essa situação: menor rentabilidade da atividade exportadora e maior competitividade dos produtos importados. As importações brasileiras apresentaram forte expansão em 2010, principalmente com relação a bens de consumo. O volume importado no ano foi 38% superior ao observado em 2009.

As exportações também se expandiram de forma mais tímida que as importações: o volume exportado em 2010 foi apenas 9,5% superior ao do ano anterior. Esse crescimento decorre quase que exclusivamente das vendas externas de produtos básicos. Os produtos industrializados perdem participação na pauta: em 2010, foi a primeira vez que a exportação de produtos básicos superou a de manufaturados em mais de 30 anos.

O crescimento mais expressivo das importações, que das exportações, reduziu o saldo comercial em 2010 para apenas US\$ 20 bilhões. A tendência de queda vem desde 2006, quando o superávit se encontrava em US\$ 46,5 bilhões. Essa queda é resultado direto da perda de competitividade dos produtos nacionais frente aos externos, principalmente em função da questão cambial.



**GRÁFICO 1: PIB E PIB INDUSTRIAL - VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)**



**GRÁFICO 2: PRODUÇÃO INDUSTRIAL [ÍNDICE 2002 = 100 - DESSAZONALIZADO]**



**GRÁFICO 3: VALOR DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)**







## 2 TERMÔMETRO DA ECONOMIA

CNI  
SESI  
SENAI  
IEL **CNI**

## 2.1 ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

**Acompanhamento das metas do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 revela importantes avanços, mas o país ainda não conseguiu remover os gargalos da infraestrutura e melhorar a qualidade da educação.**

O Brasil superou os efeitos da crise econômica internacional e retomou a trajetória de crescimento iniciada em 2004. Estimativas da CNI indicam que o país cresceu 7,6% e o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria teve expansão de 10,9% em 2010. Os dados confirmam que o desempenho da economia e da produção industrial está convergindo para as metas fixadas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. O país também registrou avanços importantes na área de crédito. O *spread* bancário recuou para 23,6% e também se aproximou da meta de 20% traçada para o ano. A taxa real de juros alcançou 4,6%, abaixo do alvo de 5% fixado no Mapa.

Apesar disso, o país continua distante das metas de exportações, de investimentos privados em inovação e de

qualidade da educação. Também há gargalos importantes na área de infraestrutura. Os investimentos no sistema de transporte, a oferta de energia e o número de domicílios atendidos por rede de esgotos ainda estão aquém do necessário para garantir o crescimento da economia.

Os avanços e os retrocessos do Brasil no caminho do desenvolvimento sustentado são identificados pela CNI no acompanhamento periódico dos indicadores do Mapa Estratégico da Indústria. Elaborado pelo Fórum Nacional de Indústria, o Mapa traduz a visão de futuro dos empresários e aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento.

O documento, que começou a ser feito em 2004, envolveu cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais. Apresentado à sociedade em 2005, o Mapa foi construído com base no modelo de gestão *Balanced Scorecard*, da *Harvard University*, nos Estados Unidos. A evolução das metas do Mapa subsidia as ações da CNI, pois traduz a situação da economia brasileira.



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

INDICADORES	FONTE	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO ATUAL JANEIRO 2011
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/ IBGE	5,7% (2004) 3,2% (2005) 4,0% (2006) 6,1% (2007) 5,2% (2008) -0,6% (2009) 7,5% (2010)	Crecimento de 5,5% a.a. (Taxa média até 2010)	Crecimento de 7,0% a.a. (Taxa média até 2015)	Convergingo para a meta
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/ IBGE	7,9% (2004) 2,1% (2005) 2,2% (2006) 5,3% (2007) 4,1% (2008) -6,4% (2009) 10,1% (2010)	Crecimento de 7,0% a.a. (Taxa média até 2010)	Crecimento de 8,5% a.a. (Taxa média até 2015)	Convergingo para a meta
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	3,7% (2004) -0,1% (2005) 2,7% (2006) 2,3% (2007) -1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010)	Crescer 3,5% a.a. (Taxa média até 2010)	Crescer 6,0% a.a. (Taxa média até 2015)	Convergingo para a meta
Taxa de Desemprego	PNAD/ IBGE	11,5% (2004) 9,8% (2005) 10,0% (2006) 9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010)	Alcançar 7,0% até 2010	Alcançar 6,0% até 2015	Atingiu a meta de 2010
Total de Exportações de Bens e Serviços/PIB	Contas Nacionais/ IBGE	16,4% (2004) 15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,1% (2009) 11,2% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 30% até 2015	Distante da meta

\* Estimativa CNI

INDICADORES	FONTE	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO ATUAL JANEIRO 2011
Crédito/ PIB	Banco Central	25,7% (2004) 28,3% (2005) 30,9% (2006) 35,2% (2007) 40,5% (2008) 44,4% (2009) 46,7% (2010)	Alcançar 50,0% até 2010	Alcançar 70,0% até 2015	Convergindo para a meta
<i>Spread</i> Bancário	Banco Central	26,8% (2004) 28,6% (2005) 27,2% (2006) 22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 10,0% até 2015	Convergindo para a meta
Taxas Real de Juros (Selic/IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010)	Alcançar 5,0% até 2010	Alcançar 4,0% até 2015	Atingiu a meta de 2010
Carga Tributária	Receita Federal	32,2% (2004) 33,4% (2005) 33,4% (2006) 33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 34,1% (2010)*	Alcançar 33,0% até 2010	Alcançar 27,0% até 2015	Distanciando da meta
Oferta Interna de Energia	Empresa de Planejamento Energético - EPE	5,8% (2004) 2,3% (2005) 3,5% (2006) 5,4% (2007) 5,9% (2008) -3,5% (2009)	Crescimento médio de 7% a.a até 2010	Crescimento médio de 8,5% a.a até 2015	Distanciando da meta
Investimento em Infraestrutura dos Transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,05% (2003) 0,11% (2004) 0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008) 0,31% (2009) 0,35% (2010)*	Alcançar 0,50% até 2010	Alcançar 0,60% até 2015	Distante da meta

\* Estimativa CNI

INDICADORES	FONTE	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2010	2015	SITUAÇÃO ATUAL JANEIRO 2011
Domicílios Atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/ IBGE	48,8% (2004) 48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	Alcançar 60,0% até 2010	Alcançar 70,0% até 2015	Distante da meta
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,42% (2004) 0,49% (2005) 0,50% (2006) 0,50% (2007) 0,54% (2008) 0,59% (2009)	Alcançar 0,8% até 2010	Alcançar 1,4% até 2015	Distante da meta
Pisa	OECD	396 (2000) 403 (2003) 393 (2006) 412 (2009)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		Distante da meta
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/ IBGE	12,2% (2004) 13,6% (2005) 16,7% (2006) 20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	Alcançar 25,0% até 2010	Alcançar 30,0% até 2015	Atingiu a meta de 2010
Renda per capita em US\$ constantes - Paridade de Poder de Compra (PPP)	FMI	8.231 (2004) 8.603 (2005) 9.166 (2006) 9.900 (2007) 10.526 (2008) 10.499 (2009)** 11.289 (2010)**	Alcançar 12.000 PPP até 2015		Convergindo para a meta
GINI	PNAD/ IBGE	0,547 (2004) 0,544 (2005) 0,541 (2006) 0,528 (2007) 0,521 (2008)	Alcançar 0,500 até 2015		Convergindo para a meta
IDH	PNUD	0,649 (2000) 0,678 (2005) 0,693 (2009) 0,699 (2010)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de emetas a ser apresentada ao Fórum posteriormente.		

\*\* Estimativa FMI

# ENCONTRO DA INDÚSTRIA COM OS PRESIDENTES





### 3 ENCONTRO COM OS PRESIDENCIÁVEIS



Industriais discutiram com candidatos à presidência da República os desafios e as medidas necessárias para garantir o alto ritmo de crescimento da economia.

No ano em que o Brasil realizou eleições majoritárias, a indústria contribuiu com o debate sobre o futuro do país. A exemplo do que ocorre desde 1998, a CNI organizou o Encontro da Indústria com os Presidenciais. Realizado em 25 de maio de 2010, em Brasília, o evento, que reuniu mais de 600 líderes industriais, teve a participação dos três pré-candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).

No encontro, a CNI apresentou o documento *A indústria e o Brasil - uma agenda para crescer mais e melhor*, que contém a visão dos empresários sobre os rumos que o país deve seguir de 2011 a 2014. O documento propõe um desafio ao país: dobrar a renda per capita a cada 15 anos. Essa meta pode ser alcançada se a economia brasileira crescer a uma taxa média de 5,5% ao ano.

Com esse ritmo de expansão, será possível, em um

período de 30 anos, multiplicar por quatro a renda média da população, e atingir, em 2040, o mesmo patamar dos países ricos. Para isso, destaca o documento, o Brasil precisa dar o salto da competitividade. Esse salto só será possível se o país adotar medidas efetivas em 12 áreas consideradas prioritárias que são: segurança jurídica, macroeconomia do alto crescimento, tributação e gasto público, financiamento, relações do trabalho, infraestrutura, educação, inovação, comércio exterior, meio ambiente, burocracia e micro e pequena empresa.

Nas apresentações e no debate com os empresários, os candidatos apoiaram as propostas da indústria. Comprometeram-se com a reforma tributária, criticaram os gastos públicos e se mostraram sensíveis às dificuldades de logística, da infraestrutura, do comércio exterior, das micro e pequenas empresas. Apresentaram planos para elevar a qualidade da educação e enfrentar outras questões decisivas para garantir o crescimento da economia.

## PARA CRESCER MAIS E MELHOR



## UMA AGENDA PARA O PAÍS

O documento *A indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor* consolida a avaliação dos empresários sobre as prioridades do país no período 2011-2014. É resultado de um amplo debate que começou em 2009, quando 1.300 dirigentes de federações, associações setoriais e sindicatos de indústrias responderam um questionário apontando os obstáculos e as medidas necessárias para aumentar a competitividade brasileira.

A construção do posicionamento prosseguiu no 4º Encontro Nacional da Indústria, que reuniu mais de 1.500 empresários em 17 e 18 de novembro de 2009, em Brasília. Os documentos *Carta da Indústria e Prioridades e Recomendações 2011-2014*, consolidados no encontro, e o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 orientaram a elaboração da agenda para crescer mais e melhor. Os diagnósticos e as recomendações foram aprofundados e referendados pelos Conselhos Temáticos, a diretoria da CNI e o Fórum Nacional da Indústria.



### 3.1 OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE

O diagnóstico e algumas propostas do documento *A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor*

ÁREA	DIAGNÓSTICO	PROPOSTA DA INDÚSTRIA
<b>Segurança Jurídica</b>	O país convive com excesso e mudanças constantes nas regras, falta de normas sobre temas sensíveis, uso rotineiro de medidas provisórias e decisões judiciais que desconsideram as leis. A incerteza jurídica aumenta os custos, inibe a tomada de decisões e compromete os investimentos na produção.	<ul style="list-style-type: none"><li>•Fazer uma reforma política que confira estabilidade ao sistema partidário</li><li>•Editar normas complementares que assegurem direitos constitucionais</li><li>•Restringir o uso de medidas provisórias</li><li>•Aprofundar as mudanças no Poder Judiciário</li></ul>

ÁREA	DIAGNÓSTICO	PROPOSTA DA INDÚSTRIA
<b>Macroeconomia do Alto Crescimento</b>	Falta poupança para a necessidade de investimento do país. O uso exclusivo da política monetária para conter a inflação eleva os custos do capital e é uma das causas da valorização do real diante do dólar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impor limites aos gastos públicos</li> <li>• Modernizar a gestão pública</li> <li>• Reformar a Previdência Social</li> <li>• Estimular o mercado de capitais</li> <li>• Manter fundamentos econômicos sólidos</li> </ul>
<b>Tributação e Gasto Público</b>	A carga tributária aumentou de 25,7% do PIB em 1993 para 35,8% do PIB em 2008. Grande parte desse aumento se deve à elevação dos gastos públicos. O sistema tributário, de má qualidade, confuso e burocrático, restringe o crescimento e onera as exportações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovar uma reforma tributária que unifique os impostos e contribuições sobre a circulação de bens e serviços, reduza os encargos sobre a folha de pagamento e permita o uso pleno e imediato dos créditos tributários</li> <li>• Resolver o problema do acúmulo de saldos credores de tributos</li> <li>• Simplificar o sistema tributário</li> <li>• Aprovar o Código de Defesa do Contribuinte</li> <li>• Adotar metas fiscais com limite máximo para a relação dívida/PIB</li> <li>• Implementar uma gestão mais eficaz dos orçamentos públicos</li> </ul>
<b>Financiamento</b>	As altas taxas de juros e as dificuldades de acesso ao crédito comprometem os investimentos e prejudicam a expansão das empresas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar os cadastros positivos de crédito</li> <li>• Criar um ambiente que favoreça a redução dos juros</li> <li>• Reduzir os impostos incidentes sobre as operações financeiras</li> <li>• Aumentar a concorrência entre os bancos</li> </ul>
<b>Inovação</b>	O Brasil ocupa a 41ª posição entre 47 países no ranking global da inovação da Comunidade Europeia. Nada menos do que 67% do apoio do governo aos gastos com P&D se concentram em informática e é menos um incentivo e mais uma resposta tributária à produção da Zona Franca de Manaus. Há escassez de engenheiros e cientistas e a inovação ainda não é uma prática corrente nas empresas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rever o sistema de incentivos à inovação e aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento</li> <li>• Priorizar a inovação nas políticas de compra do setor público</li> <li>• Simplificar os procedimentos e a burocracia na seleção das empresas que terão acesso à subvenção à P&amp;D</li> </ul>
<b>Educação</b>	A baixa qualidade do ensino coloca o Brasil nas últimas posições no Programa Internacional de Avaliação da OCDE, o PISA. Com 14 milhões de analfabetos, o país tem a nona taxa de analfabetismo na América Latina e Caribe. O sistema educacional valoriza a formação acadêmica, desprezando as necessidades do mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar os recursos para a educação</li> <li>• Priorizar a educação básica; aperfeiçoar e intensificar o uso de sistemas de avaliação da qualidade da educação</li> <li>• Reformular a política de formação de professores</li> <li>• Aumentar para um mínimo de seis horas diárias o tempo de permanência do aluno na escola</li> <li>• Substituir a gratuidade das universidades públicas por bolsas de estudos baseadas na renda e no desempenho do estudante</li> </ul>

ÁREA	DIAGNÓSTICO	PROPOSTA DA INDÚSTRIA
<b>Infraestrutura</b>	O Brasil investe somente 2% do PIB em infraestrutura, um terço do despendido na China e no Chile e metade do que é investido na Índia. Há deficiências nas áreas de saneamento básico, gás natural, energia elétrica, navegação de cabotagem, hidrovias, ferrovias, rodovias, portos e aeroportos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir as competências e garantir a independência das agências reguladoras</li> <li>• Diminuir os prazos e a burocracia nos processos de licitação</li> <li>• Reestruturar o sistema de gestão da área de transporte</li> <li>• Reduzir os encargos sobre as tarifas de energia elétrica</li> <li>• Acelerar a expansão dos aeroportos e dos terminais de cargas</li> </ul>
<b>Relações do Trabalho</b>	A legislação não acompanhou as mudanças no mundo do trabalho. As regras rígidas limitam a livre negociação, não protegem as novas formas de trabalho e impõem elevados custos para as empresas contratarem.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regular o trabalho terceirizado</li> <li>• Modernizar a legislação trabalhista, prevendo tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas e estímulos à livre negociação</li> <li>• Reduzir as despesas de contratação</li> </ul>
<b>Comércio Exterior</b>	O Brasil é a 8ª maior economia do mundo, mas ocupa o 20º lugar entre os principais exportadores e cai para o 28º lugar quando se consideram as vendas externas de produtos industrializados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desonerar as exportações e simplificar os procedimentos aduaneiros</li> <li>• Ampliar e fortalecer os mecanismos de financiamento às exportações</li> <li>• Dar prioridade a acordos comerciais com mercados relevantes, que permitam a exportação de produtos com maior valor agregado</li> </ul>
<b>Meio Ambiente</b>	A superposição de competências, o excesso de judicialização e a falta de objetividade nas normas ambientais desestimulam os investimentos e aumentam os custos das empresas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer regras claras e definir competências dos entes federados para o licenciamento ambiental</li> <li>• Regular a política nacional de resíduos sólidos</li> <li>• Rever o Código Florestal</li> </ul>
<b>Burocracia</b>	As empresas brasileiras gastam 2.600 horas por ano, ou 108 dias, reunindo documentos e preenchendo formulários apenas para pagar os impostos. A média nos demais países da América Latina é de 385,2 horas, revela o relatório <i>Doing Business 2010</i> , do Banco Mundial. Na pesquisa sobre o melhor ambiente para os negócios, o Brasil fica em 129º lugar entre 183 países.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um programa permanente de combate ao excesso de burocracia</li> <li>• Reduzir, simplificar e unificar os procedimentos de todos os órgãos envolvidos na autorização de funcionamento de uma atividade</li> </ul>
<b>Micro e Pequena Empresa</b>	Apesar dos avanços da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, esses estabelecimentos enfrentam problemas de acesso ao crédito e à informação. Também têm dificuldades gerenciais e com a capacitação de mão de obra.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reavaliar os limites de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples</li> <li>• Criar o Simples Trabalhista, com tratamento diferenciado para as pequenas empresas</li> <li>• Ampliar a disponibilidade e facilitar o acesso dos pequenos negócios às linhas de crédito para inovação</li> </ul>





# 4 A BANDEIRA DO CRESCIMENTO



Os empresários reunidos no 5º Encontro Nacional da Indústria propõem uma parceria estratégica entre o setor privado e o governo para tocar a agenda da competitividade.

O Brasil não pode mais adiar as reformas necessárias para eliminar os gargalos à competitividade. O alerta está na *Carta da Indústria*, documento que consolida as conclusões do 5º Encontro Nacional da Indústria. O evento reuniu mais de 1.500 empresários nos dias 1º e 2 de dezembro de 2010, no Transamérica Expocenter, em São Paulo. “Quanto mais lento for o processo de reformas pró-competitividade, maiores serão os riscos para a indústria brasileira”, informa a Carta. “Que o Brasil precisa de reformas, todo mundo sabe; e concorda. Mas se todo mundo concorda há décadas, é óbvio que não é unilateral o motivo pelo qual as reformas não são feitas. Todos somos corresponsáveis por elas”, destaca o texto.

O documento reafirma o compromisso dos industriais com o crescimento sustentado: “Para que o Brasil seja competitivo em relação aos seus concorrentes internacionais é necessário que a indústria seja ousada, produtiva e inovadora”. Lembra que os avanços nessa agenda dependem do diálogo e da mobilização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade. “A competitividade é uma bandeira que deve ser empunhada e desfraldada por todos nós. Uma causa do país.”

Na Carta, os empresários também elencam as prioridades da agenda da competitividade, como o enfrentamento do desequilíbrio entre os juros e o câmbio, a necessidade de o país elevar a capacidade de investimentos, atrair capitais privados para a infraestrutura, resolver as distorções do sistema tributário, melhorar a qualidade da educação e incentivar a inovação.

## ATRÁS DOS PRINCIPAIS COMPETIDORES INTERNACIONAIS

A urgência de o país implementar a agenda da competitividade é resultado da constatação de que o Brasil está em situação desfavorável não apenas em relação aos países desenvolvidos, mas diante de economias emergentes, como México, China, Chile, Índia e Rússia. A conclusão é do relatório Competitividade 2010, que a CNI apresentou durante o 5º Encontro Nacional da Indústria.

O estudo revela que o Brasil está atrás de importantes competidores internacionais em oito fatores que determinam a competitividade do produto nacional: disponibilidade e custo da mão de obra, disponibilidade e custo de capital, infraestrutura e logística, peso dos tributos, ambiente macro e ambiente microeconômico, educação, e tecnologia e inovação.

O Relatório da CNI compara as condições do Brasil com 13 países, selecionados de acordo com características econômicas, sociais e de participação no mercado internacional. Os países são: África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia, Espanha, Índia, México, Polônia e Rússia. Nesse grupo, o Brasil é o último colocado no quesito disponibilidade e custos de capital, o 12º em infraestrutura e logística e o 13º em carga tributária.

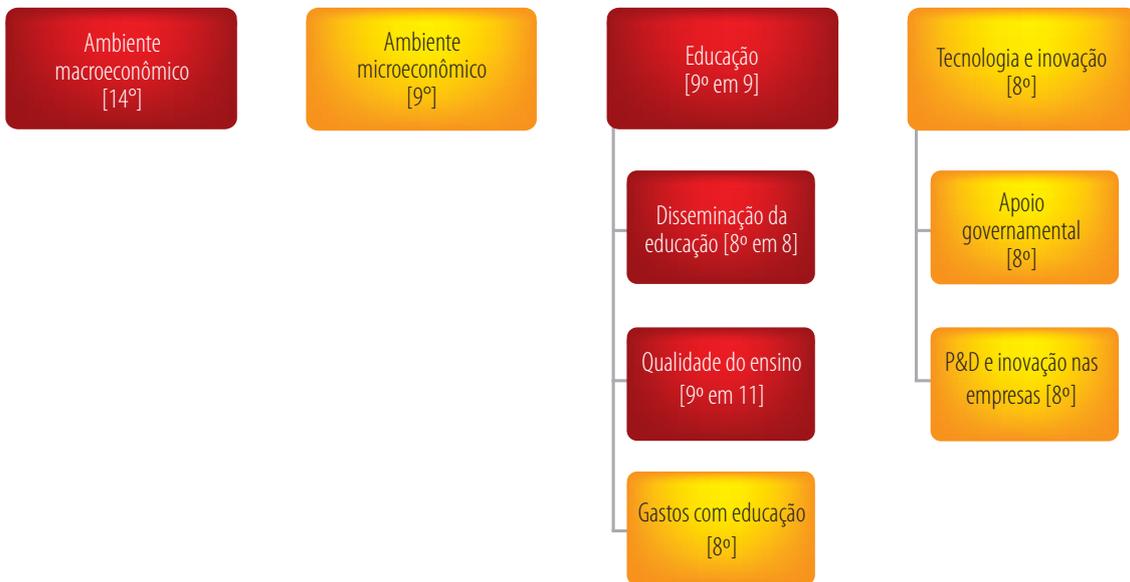
De acordo com o estudo, o país só está à frente da África do Sul no quesito disponibilidade e custo da mão de obra e perde para Austrália, Canadá, Rússia, México, China, Polônia, Espanha, Índia e Coreia. Também está nos últimos lugares em disponibilidade e custo do capital, infraestrutura e logística e carga tributária.

Nos fatores macro e microeconômicos que afetam as empresas, o Brasil também ocupa os últimos lugares. É o 14º em volume de investimentos e em evolução da taxa de câmbio real. Fica em 10º lugar na atração de investimentos diretos estrangeiros, em nono lugar em taxa de inflação e, em oitavo, no quesito dívida bruta do governo.

**FATORES QUE AFETAM DIRETAMENTE A EFICIÊNCIA DAS EMPRESAS E SUA COMPETITIVIDADE**



**FATORES QUE AFETAM DIRETAMENTE O DESEMPENHO DAS EMPRESAS**



Brasil está no terço de países com posição mais favorável (posições de 1 a 4) ■

Brasil está no terço intermediário (posições de 5 a 10) ■

Brasil está no terço inferior (posições de 11 a 14) ■

## NA TV, NOS JORNAIS E NA INTERNET

Mostrar a importância de o Brasil ser competitivo no mercado internacional e envolver a sociedade na agenda do alto crescimento econômico é o objetivo da campanha publicitária que a CNI lançou em novembro de 2010. Em um filme veiculado em emissoras de TV por assinatura, anúncios em revistas e jornais de circulação nacional e portais de notícias da internet, a campanha resume os gargalos ao crescimento e as condições necessárias para o Brasil dar o salto da competitividade.



### 4.1 A BOLA DA VEZ

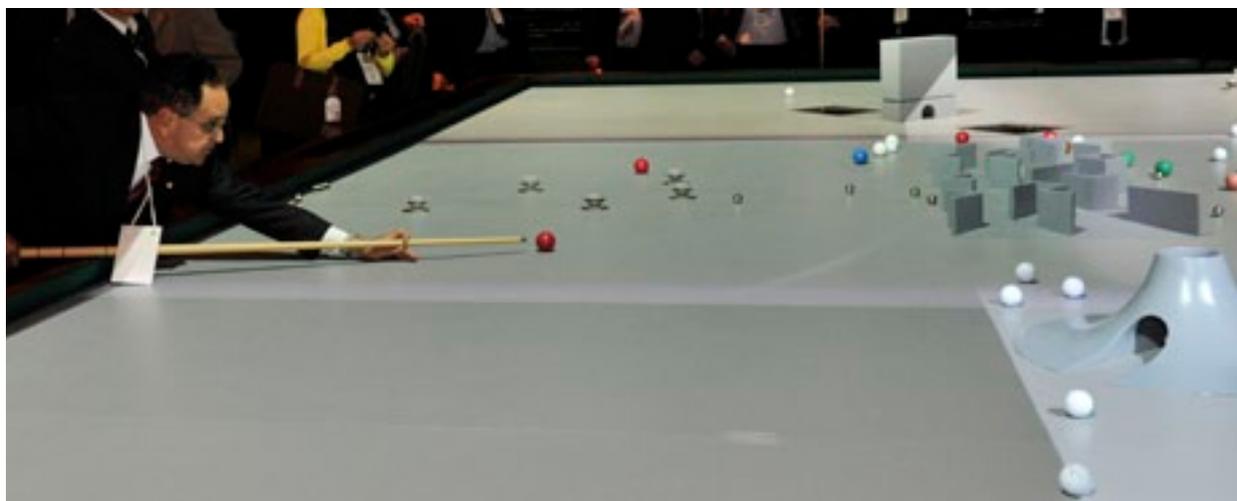
Os obstáculos à competitividade e as medidas capazes de garantir o desenvolvimento da indústria e da economia brasileiras inspiraram o Jogo do Crescimento e a exposição Bola da Vez, apresentados no 5º Encontro Nacional da Indústria. Criado pelo designer e curador de arte Marcello Dantas, um dos idealizadores do Museu da Língua Portuguesa, o jogo é uma grande mesa, em que se pode jogar sinuca, golfe ou pinball.

Os projetores que iluminam a mesa realçam as barreiras que os jogadores precisam ultrapassar para vencer a partida. Essas barreiras representam os desafios que o Brasil deve superar para ganhar competitividade e crescer de forma sustentável. Os obstáculos vão desde

o atoleiro, que representa as deficiências na infraestrutura, até o corredor de serras elétricas, que simula as ameaças ao meio ambiente.

A exposição Bola da Vez, formada por painéis e vitrines interativas que complementam o Jogo do Crescimento, explica os 12 pontos da agenda da competitividade elaborada pela CNI. Os textos interativos revelam o diagnóstico e as propostas consolidadas no documento *Uma Agenda para Crescer Mais e Melhor*.

O Jogo do Crescimento e a exposição Bola da Vez serão apresentados em outros eventos da CNI e das federações de indústrias.







# 5 AS AÇÕES PELA COMPETITIVIDADE



Ao longo de 2010, a CNI orientou suas ações para garantir o aumento da competitividade brasileira. As principais iniciativas da indústria, relatadas a seguir, visaram criar condições para elevar os investimentos, modernizar a infraestrutura, aumentar a qualidade da educação e promover a inovação, ampliar a participação do país no mercado internacional, conservar o meio ambiente, combater o excesso de burocracia, apoiar as micro e pequenas empresas.

## 5.1 INVESTIMENTO

### **Ampliação da taxa de investimentos depende de segurança jurídica, mudanças na gestão da macroeconomia, modernização do sistema tributário e melhores condições de financiamento**

A segurança jurídica, a gestão da macroeconomia, a revisão do sistema tributário e a melhoria das condições de financiamento são decisivas para aumentar a taxa de investimentos no país. Ao longo de 2010, a CNI, com o apoio do Conselho Temático de Política Econômica, propôs o ajuste na equação macroeconômica em que a combinação de juros, câmbio e metas fiscais sustentou o crescimento com estabilidade dos últimos anos.

Na avaliação da indústria, a estabilidade não deve estar ancorada exclusivamente na política monetária, porque a elevação dos juros para combater a inflação compromete o crescimento. Por isso, a CNI defende que a política monetária seja combinada à política fiscal. Uma das propostas encaminhadas ao governo é estabelecer limites inferiores à expansão do Produto Interno Bruto (PIB) ao gasto público.

Além disso, a CNI sugeriu ações de curto prazo para conter o processo de valorização do real diante do dólar, que vem tirando a competitividade dos produtos brasileiros. A indústria propôs que o Banco Central tivesse uma postura mais ativa na aquisição do excesso de moeda estrangeira. Defendeu medidas voltadas a inibir o ingresso de capitais de curto prazo no país, como a taxação na entrada de recursos estrangeiros ou a fixação



de um depósito no Banco Central de um percentual do ingresso de recursos externos, mecanismo conhecido como quarentena.

Na área tributária, a indústria reafirmou a necessidade da desoneração dos investimentos e das exportações e apresentou propostas para garantir a recuperação de créditos tributários federais dos exportadores. As sugestões para acelerar os procedimentos tributários na recuperação de créditos – como a utilização dos créditos no pagamento das contribuições previdenciárias – foram discutidas com outras entidades empresariais e levadas ao governo.

As mudanças necessárias no sistema de arrecadação de impostos sobre a competitividade foram discutidas na Comissão de Assuntos Tributários e Fiscais. Criada pela CNI para reforçar o debate e a formulação de propostas para reduzir a carga tributária, a Comissão é formada por representantes de federações e associações setoriais de indústrias.

A CNI também foi uma das protagonistas dos debates e na formulação de propostas nas reuniões do Grupo de Avanço da Competitividade (GAC), fórum criado no Ministério da Fazenda para substituir o grupo que avaliou os efeitos e propôs medidas para combater os efeitos da crise financeira internacional.



## NOVAS PESQUISAS E MAIS INFORMAÇÕES

As ações e o posicionamento da CNI se baseiam em pesquisas regulares e eventuais que revelam a evolução da indústria, a avaliação dos empresários sobre a economia e outros temas importantes para o desempenho das empresas e o crescimento do país. Em 2010, a CNI ampliou o leque de pesquisas.

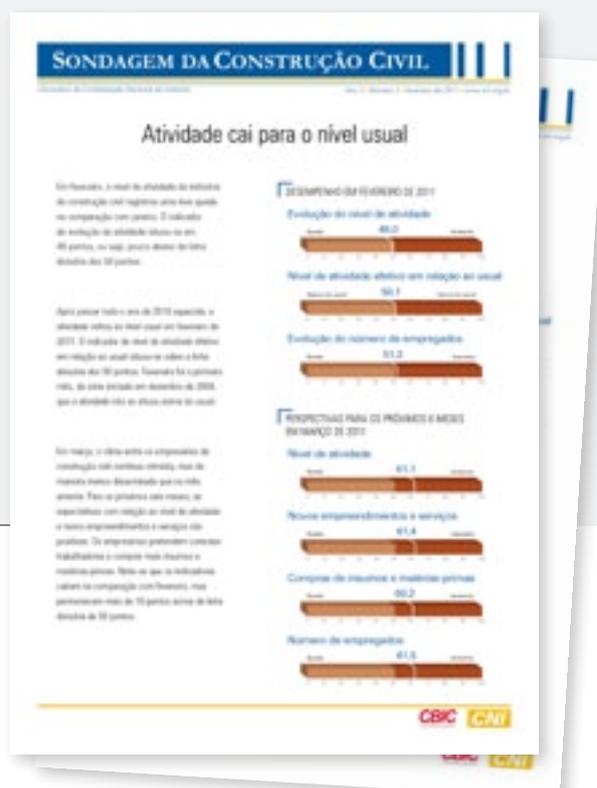
Lançou, em janeiro, a Sondagem da Construção Civil, que revela a evolução da atividade e o sentimento dos empresários do setor. Realizada em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), as federações de indústria e os sindicatos da construção civil, a pesquisa permite a avaliação de curto prazo sobre o desempenho da atividade e as projeções sobre a evolução do setor no médio prazo.

A Sondagem da Construção Civil complementa a Sondagem Industrial, que considera o desempenho e a percepção das indústrias de transformação e extrativa. Com isso, as pesquisas da CNI passaram a alcançar 88% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial.

O grupo de estudos foi reforçado com o lançamento da publicação *Retratos da Sociedade Brasileira*. Baseada em pesquisa contratada ao

Ibope, a publicação identifica a opinião da população brasileira sobre temas relevantes para o desenvolvimento do Brasil. Em 2010, foram apresentados dois números: Educação e Meio Ambiente.

Além disso, a CNI passou a divulgar mensalmente pesquisas que antes eram trimestrais, o que aperfeiçoa o acompanhamento dos dados. Passaram a ser mensais a Sondagem Industrial, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) e o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC).



## SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Em parceria com a consultoria Pricewaterhouse Coopers, a CNI aprofundou a avaliação sobre os prejuízos para as empresas do uso generalizado do instrumento de substituição tributária pelos estados. O projeto identificou a necessidade de aperfeiçoamentos no regime de substituição tributária do Imposto sobre *Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*. As mudanças devem permitir o uso mais adequado do instrumento.

Intitulado Substituição tributária no ICMS, o trabalho apresenta uma proposta de alteração na legislação – a Lei Complementar nº 87/1996 – que regulamenta a questão. Na avaliação da indústria, as mudanças exigem uma ação articulada entre o governo federal e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



## 5.2 RELAÇÕES DO TRABALHO

**As leis trabalhistas devem estimular a livre negociação, regulamentar as novas formas de trabalho, simplificar procedimentos e reduzir os custos de contratação e os encargos das empresas**

As leis trabalhistas brasileiras não acompanharam os avanços tecnológicos e as mudanças nas relações de trabalho. Anacrônica, rígida e complexa, a legislação limita o espaço para a livre negociação, não protege os que exercem as novas formas de trabalho e onera as empresas. Na avaliação da indústria, a competitividade depende de legislação trabalhista que incentive a livre negociação, regulamente as novas formas de trabalho, como a terceirização, simplifique os procedimentos e reduza os custos de contratação e os encargos das empresas.

Com o apoio do Conselho Temático de Relações do Trabalho, a CNI discute e formula propostas para que o Brasil modernize as leis para dar segurança a empresários e trabalhadores e assegurar a competitividade do produto nacional. Ao longo de 2010, a indústria avaliou e propôs mudanças em medidas que elevavam os encargos trabalhistas das empresas sem trazer benefícios ao trabalhador. Representante das confederações empresariais nas negociações, a CNI negociou com o governo e as centrais sindicais a revisão da metodologia de cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Anunciado em 1º de junho de 2010, o acordo aprovado pelo Conselho Nacional da Previdência Social diminuiu o valor do Seguro de Acidente do Trabalho para as empresas que não registram acidentes de trabalho

e as distorções no cálculo do FAP. Além de reduzir os encargos para cerca de 400 mil empresas, as mudanças estimulam os investimentos em prevenção às doenças e ao combate dos acidentes de trabalho. Punem com rigor as empresas que não notificam a ocorrência de acidentes com os trabalhadores.

A CNI também liderou a mobilização empresarial contra a adoção do registrador eletrônico de ponto, que aumenta os custos e a burocracia nas empresas, além de trazer desconforto aos trabalhadores. Atendendo aos pedidos dos empresários, o governo adiou para 1º de março de 2011 a exigência de registro eletrônico de

ponto e se comprometeu a avaliar a proposta da indústria de criar um grupo de trabalho tripartite para estudar as modificações necessárias na medida.

O governo também acolheu a sugestão da CNI para alterar a Portaria Interministerial 333/2010, que regulamentava novos valores para o teto dos recolhimentos previdenciários retroativos a janeiro de 2010. Com as mudanças, foram retirados os efeitos retroativos dos recolhimentos e as exigências para as empresas retificarem as Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIPs).

#### OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

TEMA	AÇÃO
<b>Jornada de Trabalho</b>	Apoiou as visitas organizadas pelas federações de indústrias ao Congresso Nacional para protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Mais de cem empresários do Distrito Federal, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará e Goiás apresentaram aos parlamentares os impactos negativos que a aprovação da emenda causaria à atividade produtiva. Para a indústria, a jornada de trabalho deve ser negociada livremente entre empregadores e empregados.
<b>Terceirização</b>	Apresentou propostas para o aperfeiçoamento dos projetos em tramitação no Congresso que tratam da regulamentação do trabalho terceirizado.
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>	<p>Participou da comissão tripartite e ajudou a construir a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.</p> <p>Realizou, em parceria com o SESI e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), o 1º Seminário de Segurança e Saúde no Trabalho, que reuniu 1.200 participantes, nos dias 10 e 11 de novembro, em Porto Alegre.</p> <p>Participou e deu contribuições ao processo de definição de regras para as empresas que produzem, transportam, armazenam, utilizam ou manipulam benzeno.</p> <p>Divulgou, em parceria com o SESI, informações sobre segurança e saúde no trabalho para as indústrias.</p>

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CNI e o SESI contribuíram com a formulação da Norma ISO 26000. Lançada no fim de 2010, a norma orienta as organizações a adotarem práticas responsáveis de produção, trabalho, uso do meio ambiente e relacionamento com clientes, fornecedores e a comunidade. Os representantes da indústria brasileira participaram do grupo formado por mais de 400 especialistas de 90 países e 40 entidades globais. Ao longo dos cinco anos em que a norma foi construída, a CNI e o SESI participaram de grupos de trabalho e reuniões técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), realizaram pesquisas com indústrias sobre a norma e mobilizaram os empresários. Também integraram o grupo de trabalho, organizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, que analisou a norma para a realidade brasileira.



### 5.3 INFRAESTRUTURA

**O aperfeiçoamento das instituições e dos marcos regulatórios é decisivo para o Brasil adequar o sistema de transporte, de energia, comunicações e saneamento às exigências de uma economia moderna e competitiva**

A retomada do crescimento econômico, o pré-sal, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 colocam o Brasil diante de uma oportunidade ímpar para aumentar os investimentos em infraestrutura e eliminar os gargalos nas áreas de energia, saneamento, portos, aeroportos, ferrovias e rodovias.

Ao longo de 2010, a CNI, com o apoio do Conselho Temático de Infraestrutura, alertou sobre os obstáculos que podem comprometer o andamento dos projetos e das obras necessárias às exigências de uma economia moderna e competitiva. Um dos requisitos para o Brasil avançar nesta área é o aperfeiçoamento do ambiente institucional e dos marcos regulatórios. A

definição de regras claras e a modernização da gestão pública são imprescindíveis para reduzir os riscos e assegurar a participação do capital privado nas obras de ampliação da infraestrutura.

Para garantir a oferta de energia a preços competitivos, a indústria apoiou as iniciativas que visam à redução dos encargos setoriais incidentes sobre as tarifas. Também sugeriu a implantação de novas usinas nucleares e a regulamentação do setor de gás natural.

A CNI também propôs a aceleração das obras de expansão dos aeroportos e terminais de cargas, a profissionalização da gestão dos portos e o aumento da oferta e da competição no transporte marítimo de cabotagem.

Na avaliação da indústria, a superação das deficiências de infraestrutura depende da participação da iniciativa privada no investimento e na gestão dos serviços.

## PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

### TEMA

### AÇÃO

#### Transportes

Sugeriu a prorrogação da isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante para produtos importados desembarcados nos portos das regiões Norte e Nordeste. A proposta foi acolhida pelo governo e a isenção foi prorrogada até 2015 pela Medida Provisória 517, publicada em 31 de dezembro de 2010.

Apoiou a aprovação do Projeto de Lei 5.908/09, que prorroga os contratos de arrendamento firmados antes da Lei 8.630/93.

Propôs a reestruturação das administrações hidroviárias com a desvinculação da Companhia Docas do Maranhão (Codomar).

#### Energia

Sugeriu a aprovação de uma política nacional para o setor de gás natural.

Apoiou as ações pela redução dos encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia e as iniciativas que visavam impedir a criação ou a prorrogação de encargos.

### PROPOSTA PARA MODERNIZAR O TRANSPORTE DE CARGAS

O estudo Transporte de Cargas: Agenda para um Brasil Competitivo é mais uma contribuição da CNI ao debate sobre os gargalos na infraestrutura brasileira. O trabalho apresenta as características e as estruturas institucionais dos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e intermodal. Também sugere um elenco de medidas para modernizar a estrutura institucional, incentivar os investimentos, ampliar a oferta, reduzir os custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados no setor.

Entre as propostas estão a ampliação dos prazos das concessões e a redução dos valores de arrendamento para incentivar a expansão da malha ferroviária. Além disso, a CNI defende que a escolha dos diretores das agências reguladoras deve ser orientada por critérios de competência técnica e de independência da agência. Isso evita a submissão da agência a interesses políticos ou de empresas privadas.



## 5.4 EDUCAÇÃO

**A falta de trabalhadores qualificados confirma que o país precisa aumentar os investimentos em educação e dar prioridade à formação básica**

Nos últimos anos, o Brasil adotou políticas públicas de universalização da educação. Foi um passo importante, e hoje mais de 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas na escola, informam os Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, o país ainda não dispõe de um sistema educacional sintonizado com os avanços tecnológicos e a economia global competitiva.

A atual carência de trabalhadores qualificados, um dos obstáculos à expansão da indústria, confirma que o país precisa aumentar os investimentos em educação e dar prioridade à formação básica. Além de garantir igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, uma educação básica de qualidade – que desenvolva as habilidades de leitura, matemática, raciocínio lógico e a curiosidade científica – é requisito indispensável para o aprendizado de uma profissão e o acompanhamento das mudanças tecnológicas. Também é indutora da qualidade na formação profissional e na educação superior.

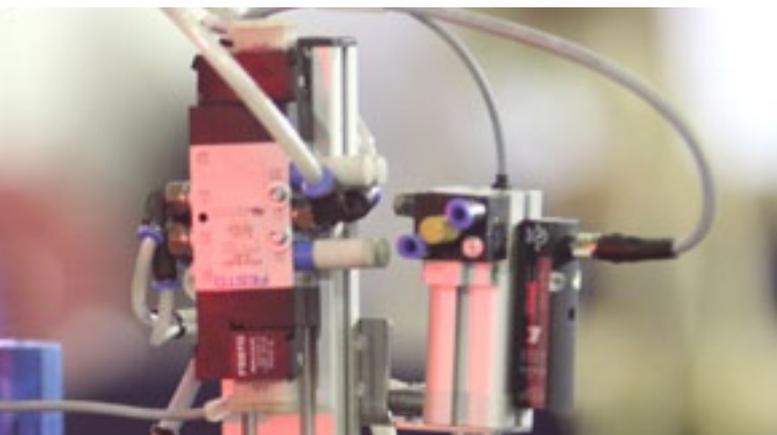
Na avaliação da CNI, a questão da educação requer ações de curto, médio e longo prazos, que envolvem, entre outras, o aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, a reformulação da política de forma-



ção de professores e gestores educacionais. Para o ensino superior, a indústria sugere a substituição da gratuidade nas universidades públicas por bolsas de estudos baseadas na renda e no desempenho dos alunos.

Com o apoio do Conselho Temático de Educação, a CNI investe na formação básica e profissional de milhares de brasileiros. Executoras do programa Educação para a Nova Indústria, lançado pela CNI em 2007, as escolas do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) aumentam ano a ano a oferta de oportunidades de educação básica e profissional no país. De janeiro a novembro de 2010, o SENAI recebeu 1,93 milhão de matrículas, nos cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e de educação superior. No período de 2007-2010, abrangido pelo programa, o SENAI recebeu 8,99 milhões de matrículas.

O SESI, que atua com educação básica e educação continuada, recebeu, de janeiro a novembro de 2010, 26,8 mil matrículas nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No mesmo período, a instituição teve 174,2 mil matrículas nos cursos que elevam a escolaridade de jovens e adultos e 991,7 mil matrículas nos programas de educação continuada do trabalhador da indústria. O SESI e o SENAI também investiram na compra de computadores, na modernização de laboratórios, na ampliação e atualização do acervo de bibliotecas que facilitaram a inclusão digital e o acesso ao conhecimento.



## 5.5 INOVAÇÃO

**O aumento da taxa de inovação no Brasil requer o engajamento das empresas e a criação de um ambiente institucional favorável aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos**

A inovação é a alavanca da produtividade e está no centro das políticas industriais dos países desenvolvidos. No Brasil, o número de empresas brasileiras inovadoras passou de 32,8 mil, em 2005, para 41,3 mil, em 2008. Com isso, a taxa de inovação aumentou para 38,6%, no período de 2006 a 2008, informa a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar do avanço, a taxa de inovação do país ainda é muito baixa em relação aos principais competidores internacionais.

Para reverter essa situação, a CNI, em parceria com o Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), fortaleceu as ações para colocar a inovação no centro da estratégia da indústria brasileira e propôs medidas para a criação de um ambiente institucional favorável aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos.

O engajamento das empresas e a articulação dos setores público e privado nessa agenda são os principais objetivos da MEI, criada em 2008 pela CNI. O movimento, que reúne dirigentes de grandes empresas brasileiras e representante do governo, pretende dobrar o número de indústrias inovadoras até 2013.

Entre as iniciativas da MEI em 2010 está a criação da Rede de Núcleos de Inovação, que oferece informações, produtos e serviços às empresas que investem ou planejam investir no desenvolvimento de produtos e processos. Resultado de parcerias entre as federações de indústrias, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a rede também atua com governos estaduais, universidades e institutos tecnológicos.

O alvo da MEI é criar 35 núcleos de inovação em todo o país. Em 2010, foram implantados 12 núcleos nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Pará e no Distrito Federal. A MEI também lançou seis núcleos setoriais, coordenados pelas associações nacionais de metalurgia e mineração (ABM), construção civil (Cbic), têxteis e confecções (Abit), indústria ferroviária (Abifer), máquinas e equipamentos (Abimaq) e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (Abihpec). Outros 14 núcleos estão em fase de implantação.

A estruturação dos núcleos receberá recursos de R\$ 98,6 milhões. Desse total, R\$ 48,6 milhões são de um convênio firmado entre a CNI e o Sebrae. Os recursos serão aplicados ao longo de três anos em cursos de gestão, assessoria na implantação de planos de inovação, consultorias para projetos de subvenções ou financiamento, especialmente para pequenas e médias empresas. A meta é capacitar 9 mil empresários e executar 3 mil projetos de inovação tecnológica.

Além disso, a CNI articulou com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o lançamento de um edital de R\$ 50 milhões. O edital, que virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contemplará projetos voltados à estruturação dos núcleos de inovação, à capacitação e ao apoio às empresas inovadoras.

## CANAL ÚNICO DO GOVERNO

Os empresários ganharam, em 2010, um canal único no governo para articular, negociar e captar recursos para projetos de inovação. Atendendo a uma sugestão da MEI, o governo criou, em 8 novembro de 2010, a Sala de Inovação. Com o nome oficial de Comitê Pró-Inovação, a sala reúne órgãos governamentais que trabalham com pesquisa, tecnologia e inovação e tem o objetivo de esclarecer as dúvidas e ajudar as empresas na implantação de projetos de inovação.

O Comitê é composto por representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), das Agências Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e de Promoção de Exportações e de Investimentos (Apex-Brasil) e outros.

## OUTRAS AÇÕES DE INCENTIVO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

TEMA	AÇÃO
Mobilização de Empresários	<p>Realizou reuniões no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais com o presidente do BNDES e o secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia. Nos encontros, que marcaram a formação dos comitês estaduais de líderes empresariais, os industriais discutiram a agenda da inovação.</p> <p>Organizou o Seminário Temático Preparatório da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no Escritório da CNI em São Paulo. Os participantes do evento, realizado em 7 de abril de 2010, discutiram linhas de financiamento, incentivo fiscal e estratégias para as pequenas e médias empresas investirem no desenvolvimento de tecnologias.</p>
Articulação Política	<p>Representou os empresários na Frente Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi instalada em 24 de maio de 2010. Organizada pela Câmara dos Deputados, a frente é formada por parlamentares, representantes do governo, de empresas e de entidades voltadas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. O colegiado busca o aperfeiçoamento das leis de incentivo à inovação e a definição de políticas públicas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A CNI faz parte da coordenação da frente.</p>
Articulação Institucional	<p>Criou o Programa Nacional de Inovação do Sistema Indústria, que, além da CNI, envolve o SESI, o SENAI e o IEL. O programa articula as ações e reforça o compromisso com a melhoria do processo de mobilização, capacitação e disseminação da inovação nas empresas.</p> <p>Coordena o Programa de Fortalecimento dos Sistemas Regionais de Inovação, que identificará as conexões entre as diversas instituições de apoio à inovação, centros de conhecimentos, universidades e empresas. A ideia é promover a interação entre esses atores para que prestem serviços coerentes, complementares e efetivos. O programa é uma iniciativa da CNI em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).</p>

## 5.6 COMÉRCIO EXTERIOR

### **O aumento das exportações, das importações e dos investimentos externos fortalece a economia brasileira, incentiva a inovação e melhora a qualidade do produto nacional**

A retomada das negociações para o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia e a decisão do Brasil e do México de estabelecer uma zona de livre comércio bilateral são passos importantes para ampliar a participação do país no mercado internacional. O aumento das exportações, das importações e dos investimentos externos fortalece a economia brasileira, incentiva a inovação na indústria e melhora a qualidade do produto nacional.

Com o objetivo de ampliar a inserção das empresas no mercado global, a CNI, com o respaldo do Conselho Temático de Integração Internacional e da Coalizão Empresarial Brasileira, acompanha e dá sugestões para os negociadores oficiais buscarem acordos comerciais que favoreçam o acesso ao mercado externo. Em 2010, a CNI liderou a articulação do setor privado brasileiro com os empresários mexicanos.

A aproximação dos empresários, que formaram o Grupo Empresarial Estratégico Brasil-México, foi decisiva para que os governos dos dois países decidissem abrir as negociações em torno de um acordo de integração econômica. O tratado facilitará o acesso de produtos, serviços e investimentos nos dois países. Também terá regras comuns para compras governamentais e propriedade intelectual, entre outros.

Integrante do Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia, a CNI apoiou a retomada das negociações para um acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos. A reabertura das conversações entre as duas partes, iniciadas em 1999 e suspensas desde 2004 por causa do impasse em torno dos subsídios agrícolas europeus, foi anunciada em maio de 2010, em Madri.

Os industriais também sugeriram ao governo o fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A

proposta é que, além das atribuições atuais, o órgão tenha poder para definir estratégias na busca de acordos comerciais e seja mais ágil nas decisões sobre defesa comercial. A expectativa é que, com o reforço institucional, a Camex evite medidas contrárias aos interesses do comércio exterior brasileiro.

**Promoção comercial** – Além da defesa de interesses da indústria nas negociações comerciais com outros países, a CNI mantém serviços e parcerias voltadas à promoção das exportações, principalmente de pequenas e médias empresas. Uma das ações voltadas à internacionalização das empresas é a coordenação dos trabalhos da Rede de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). Vinculados às federações de indústrias nos estados e no Distrito Federal, os Centros oferecem às empresas treinamentos na área de comércio exterior, informações sobre mercados e outros serviços.

Com objetivo de complementar o trabalho da Rede, a CNI renovou, em 2010, o acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A parceria, que fortalece as ações de apoio às empresas, garante a manutenção das Unidades de Atendimento da Apex-Brasil nas instalações dos Centros Internacionais de Negócios de Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Também permitirá a implantação de unidades na Bahia, no Espírito Santo, no Pará e no Rio de Janeiro.

A CNI também mantém uma rede de parcerias com suas congêneres em outros países e com instituições de apoio às exportações. Lidera o consórcio de instituições que executa o programa AL-Invest, financiado pela Comissão Europeia, que promove o intercâmbio tecnológico comercial entre pequenas e médias empresas latino-americanas e europeias. O programa, desenvolvido junto com as entidades empresariais de Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, dispõe de 15 milhões de euros para financiar atividades até 2012.

## SERVIÇOS DE APOIO ÀS EXPORTAÇÕES PRESTADOS PELA CNI

**Missões a feiras internacionais:** Com o apoio da Apex-Brasil e outros parceiros, a CNI organiza missões empresariais prospectivas a feiras internacionais. A iniciativa facilita o contato dos empresários com parceiros estrangeiros e com novos mercados. Em 2010 foram realizadas 15 missões, que tiveram a participação de 455 empresas brasileiras. As missões visitaram, entre outras, as feiras de alimentos Sial, em Paris, a multissetorial de Hannover, na Alemanha, o Salão de Móveis de Milão, na Itália, e a Canton Fair, na China.

**Encontros de negócios:** O serviço permite que os brasileiros participem de encontros de negócios com empresários estrangeiros em feiras realizadas no Brasil. Os participantes recebem consultoria especializada para agendar conversas e têm o apoio de tradutores. Os oito encontros realizados em 2010 tiveram a participação de 693 empresas brasileiras e 165 da América Latina e da Europa.

**Exporta CIN:** O programa que orienta as empresas, identifica mercados, planeja estratégias e adequação de produtos atendeu, em 2010, 19 empresas de cinco estados: Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

**Certificado de Origem Digital:** O sistema on-line que permite a emissão do documento em 30 minutos está presente em 13 estados e no Distrito Federal. Ao todo, foram emitidos 12.312 certificados em 2010, quase quatro vezes mais do que em 2009.



## DEFESA DE INTERESSE E PARCERIAS NO EXTERIOR

A CNI e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) inauguraram em junho de 2010 um escritório em Bruxelas, na Bélgica. A capital belga foi escolhida porque é a sede da Comissão Europeia, órgão executor da União Europeia, e do Parlamento Europeu. O escritório, batizado de *Brazilian Business Affairs*, facilita o trabalho de acompanhamento das políticas públicas, a avaliação das restrições comerciais e a identificação das iniciativas que podem prejudicar os interesses das empresas brasileiras naquela região. O escritório também atua na ampliação do comércio entre o Brasil e a Europa.

Com a instalação do *Brazilian Business Affairs*, a indústria brasileira reforça as ações de defesa de interesse no exterior. A CNI é associada ao *Brazil Industries Coalition* (BIC), uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, que tem autorização para fazer *lobby* nos Estados Unidos. O BIC, que tem 12 associados, entre eles cinco associações empresariais e sete empresas brasileiras, atua no Congresso e no Executivo norte-americano para evitar a criação de barreiras comerciais e facilitar o acesso do Brasil ao mercado dos Estados Unidos.

Em 2010, a CNI liderou a missão de defesa de interesses em Washington. Com o apoio do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), apresentou aos parlamentares e representantes do governo norte-americano a posição da indústria brasileira em relação à propriedade intelectual, regulação de mercados, tarifas do etanol. Os empresários também discutiram a possibilidade de os dois países chegarem a um acordo para acabar com a bitributação e ampliar a cooperação econômica e comercial. Outro tema tratado nas reuniões foi o projeto de lei que obriga as empresas que exportam para os Estados Unidos a manter um representante naquele país.

---

Além disso, a CNI mantém acordos com entidades congêneres de outros países e participa de conselhos empresariais bilaterais que permitem a troca de experiências e a formulação de propostas conjuntas para ampliar o comércio internacional. Em parceria com a BDI, a sua congênere alemã, a CNI realizou, em Munique, na Alemanha, o 28º Encontro Econômico Brasil-Alemanha. O evento, que ocorreu entre 30 de maio e 1º de junho, reuniu 780 empresários e representantes dos governos dos dois países. Nos três dias, eles discutiram a cooperação na área de inovação e o desenvolvimento de energias renováveis, projetos conjuntos para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

---

## 5.7 MEIO AMBIENTE

**O país precisa de um marco regulatório equilibrado, que garanta avanços permanentes na preservação dos recursos naturais sem comprometer o aumento da produção e dos investimentos**

A conservação do meio ambiente é decisiva na estratégia de longo prazo das empresas. O uso responsável dos recursos naturais reduz os custos, aumenta a produtividade e reforça a imagem e os compromissos da indústria com a sociedade. Na avaliação da indústria, o Brasil precisa de um marco regulatório equilibrado, que garanta avanços permanentes na preservação dos recursos naturais, sem comprometer projetos de investimentos voltados ao aumento da produção e à melhoria da infraestrutura.

Os desafios do país e as propostas do setor produtivo foram debatidos na 2ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (Cibma). No evento, realizado pela CNI entre 19 e 21 de maio, em Salvador, cerca de 300 líderes empresariais debateram ações nas áreas de

biodiversidade e florestas, gestão ambiental, mudança do clima, responsabilidade ambiental e compartilhada e recursos hídricos.

Em 2010, a indústria reafirmou a necessidade de o Brasil estabelecer regras e competências claras para o licenciamento ambiental. A CNI discutiu e apresentou sugestões de aperfeiçoamento ao Projeto de Lei Complementar 1/2010, que regulamenta o artigo 23 da Constituição Federal e define as competências dos entes federados para as questões ambientais, sobretudo no licenciamento ambiental. As propostas da CNI foram acolhidas no texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Na avaliação da indústria, o projeto representa um grande avanço, porque estabelece regras objetivas de cooperação e competências, reduzindo a possibilidade de conflitos, burocracia e custos aos investidores.

A CNI também apresentou propostas para a Lei 12.305/2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Apesar de estabelecer novas obrigações para o empresariado, a lei contém avanços importantes como a responsabilidade compartilhada e a logística reversa.

Estimulou, ainda, o uso sustentável e a conservação da biodiversidade. Para isso, firmou uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a agência de cooperação técnica alemã, a GTZ, e o Banco Mundial. A cooperação com essas instituições permitiu a tradução para o português, a publicação e a divulgação dos relatórios que compõem o documento *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB – sigla em inglês para The Economics of Ecosystems and Biodiversity)*, estudo global, organizado pelas Nações Unidas, sobre a relação entre biodiversidade e economia. Com o apoio dos parceiros, a indústria também organizou, no mês de setembro, em São Paulo, o seminário internacional Indústria e Biodiversidade.

## PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

TEMA	AÇÃO
<b>Política Nacional de Resíduos Sólidos</b>	Discutiu e apresentou propostas para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e para o decreto de regulamentação da lei.
<b>Licenciamento Ambiental</b>	Sugeriu aperfeiçoamentos ao Projeto de Lei Complementar 1/2010, que regulamenta o artigo 23 da Constituição e define as competências dos entes federados para as questões ambientais e do licenciamento ambiental. O texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado incorpora as propostas da indústria.
<b>Recursos Hídricos</b>	<p>Consolidou a Rede de Recursos Hídricos da Indústria, que reúne representantes das federações e associações setoriais de indústrias. Nos cinco encontros da rede, os participantes avaliaram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.</p> <p>Realizou, em 1º de julho de 2010, o workshop Enquadramento dos cursos de água e definição de Metas Quali-quantitativas. O evento permitiu a capacitação e a troca de experiências entre os representantes da indústria nos Comitês de Bacia Hidrográfica.</p> <p>Coordenou a participação da indústria no estudo sobre os Coeficientes Técnicos de Uso dos Recursos Hídricos contratado pelo Ministério do Meio Ambiente, e na elaboração do Plano Estratégico dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas.</p> <p>Articulou a participação e o acompanhamento do setor industrial na Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e na discussão sobre a Conferência Nacional das Águas.</p>
<b>Biodiversidade</b>	<p>Traduziu para o português, publicou e divulgou os relatórios que compõem o documento A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB), estudo global organizado pelas Nações Unidas sobre a biodiversidade e a economia. O trabalho é resultado de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a agência de cooperação técnica alemã, a GTZ, e o Banco Mundial.</p> <p>Organizou o seminário internacional Indústria e Biodiversidade, em setembro de 2010, quando lançou o relatório TEEB para o setor de negócios. O evento teve a participação do autor do estudo, Pavan Sukhdev.</p>

### 5.8 MUDANÇA DO CLIMA

#### **O desenvolvimento da indústria na economia de baixo carbono requer políticas públicas, custos e financiamentos que estimulem os investimentos em novos materiais e tecnologias limpas**

As mudanças do clima representam uma oportunidade para alavancar o crescimento. Para reduzir os riscos e se beneficiar dos negócios da economia de baixo car-

bono, o país – dono de uma matriz energética limpa e líder mundial na produção de biocombustíveis – precisa desenvolver estratégias e políticas de estímulos aos investimentos em novos materiais, equipamentos, tecnologias e inovações que reduzam as emissões de gases do efeito estufa.

Além de contribuir com o debate e a formulação de políticas públicas adequadas à nova realidade, a CNI

incentiva e ajuda a indústria a identificar oportunidades e acompanhar as transformações tecnológicas, de gestão e de mercado provocadas pela mudança do clima. Em 2010, a CNI criou o Grupo de Mobilização para a Mudança do Clima, que reforça as ações da instituição nesta área. Formado por representantes de associações setoriais, federações de indústrias e empresas, o grupo busca conhecimentos, troca informações e discute propostas para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Para 2011, a indústria planeja implementar uma rede e comitês que discutirão e apresentarão propostas à regulamentação da política nacional.

A indústria também apresentou contribuições às negociações da 16ª Conferência do Clima, a COP-16, realizada de 29 de novembro a 11 de dezembro de 2010 em Cancún, no México. No documento, a CNI se compromete a ajudar o Brasil a cumprir a meta voluntária de reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões de gases do efeito estufa projetadas para 2020, como estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Reafirma o apoio ao princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada nas negociações internacionais sobre o clima.

O documento lembra que o aumento dos investimentos privados em ações de redução das emissões, adaptação e transferência de tecnologia exige um ambiente de negócios apropriado e políticas públicas capazes de diminuir os custos de produção e ampliar financiamentos. Alerta ainda para a possibilidade de criação de barreiras comerciais baseadas na convenção do clima.

Os compromissos, as posições e as ações da indústria no combate ao aquecimento global foram discutidos em Cancún em seminários e reuniões que ocorreram no espaço Brasil. Durante a COP-16, a CNI realizou, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o seminário Rumo à Economia de Baixo Carbono: contribuições da indústria brasileira para o combate à mudança do clima. Também participou do seminário Avenidas para uma Economia de baixo car-

bono, organizado pela Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

Para ajudar as empresas a reduzir as emissões e participar do mercado de carbono, a CNI realizou 11 cursos de capacitação para o desenvolvimento de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Além disso, assinou acordo com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) que amplia o intercâmbio técnico, científico e tecnológico em temas como fontes renováveis de energia, eficiência energética, biodiversidade e mudanças climáticas.

#### ESTRATÉGIAS PARA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

- Desenvolver fontes de energia limpa e investir na bioenergia
- Fortalecer os instrumentos de suporte à inovação e à pesquisa e desenvolvimento
- Dar prioridade aos investimentos em ciência, tecnologia e formação de recursos humanos
- Adaptar os instrumentos de política econômica e os incentivos tributários e financeiros
- Incentivar o uso de instrumentos financeiros externos derivados dos acordos climáticos globais e o mercado de créditos de carbono
- Participar de redes globais de conhecimento e utilizar os mecanismos de transferência de tecnologias derivados dos acordos internacionais do clima
- Atrair capital externo para desenvolver setores da economia de baixo carbono e dar prioridade para parcerias ancoradas em transferências tecnológicas



## USO EFICIENTE DE ENERGIA

Requisito importante para a redução das emissões de gases do efeito estufa, o uso eficiente da energia diminui os custos de produção e aumenta a competitividade aos produtos brasileiros. A CNI fez um conjunto de estudos que avalia as experiências de 14 países e identifica as oportunidades e as tecnologias disponíveis para redução do consumo de energia em 13 setores da indústria.

Resultado de uma parceria com a Eletrobrás e o Procel Indústria, os estudos revelam que, com um pequeno corte no consumo de energia, a indústria brasileira poderia economizar R\$ 85 bilhões em 20 anos (de 2010 até 2030) só com a conta de energia elétrica. Nesse período, também haveria uma economia acumulada de 9,2 milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP – unidade que permite somar várias fontes de energia, como elétrica, gás natural, combustíveis etc.) e o país deixaria de emitir 239 milhões de toneladas de gás carbônico.

O cenário foi traçado a partir da avaliação de 217 projetos de eficiência energética de 13 setores industriais: alimentos e bebidas, cal e gesso, cerâmica, cimento, extrativa mineral, ferroligas, metais não ferrosos, fundição, papel e celulose, química, siderurgia, têxtil e vidro.

A análise mostra que a indústria responde por 37,2% de toda energia gasta no Brasil. O cenário para o período de 2010 a 2030 considera que os 13 setores economizariam 6,4% do que consumiriam em 20 anos, embora haja potencial técnico para uma redução de até 25,7%. Esse potencial máximo seria atingido se a indústria operasse em um ambiente com condições ideais, ou seja, usando a tecnologia de ponta disponível na conservação de energia; com acesso a crédito facilitado, pessoal qualificado e oferta adequada das fontes energéticas.



## 5.9 BUROCRACIA

**Redução da burocracia diminuirá os custos das empresas e estimulará a formalização dos negócios e do emprego**

O excesso de burocracia aumenta os custos das empresas, é fonte de incertezas e estimula a corrupção e a informalidade. Os impactos do excesso de procedimentos e de formulários para o cumprimento das obrigações legais foram avaliados pela Sondagem especial divulgada pela CNI em julho de 2010. Conforme a pesquisa, 98% das empresas consideram que há excesso de exigências em pelo menos uma das atividades necessárias ao cumprimento das obrigações legais.

A legislação trabalhista, as obrigações contábeis, as leis ambientais e os procedimentos para pagamentos de tributos devem ter prioridade no combate ao excesso à burocracia. Decisiva para a competitividade brasileira,

a burocracia foi tema de dois seminários regionais realizados em 2010 pela CNI em parceria com as federações de indústrias.

No Seminário Regional sobre Burocracia e Competitividade, que ocorreu em 5 de março, em Goiânia, os participantes apresentaram propostas, como a necessidade de profissionalização dos gestores públicos, a criação de regras para atuação de fiscais e licenciadores. O evento foi uma iniciativa das federações de indústrias de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

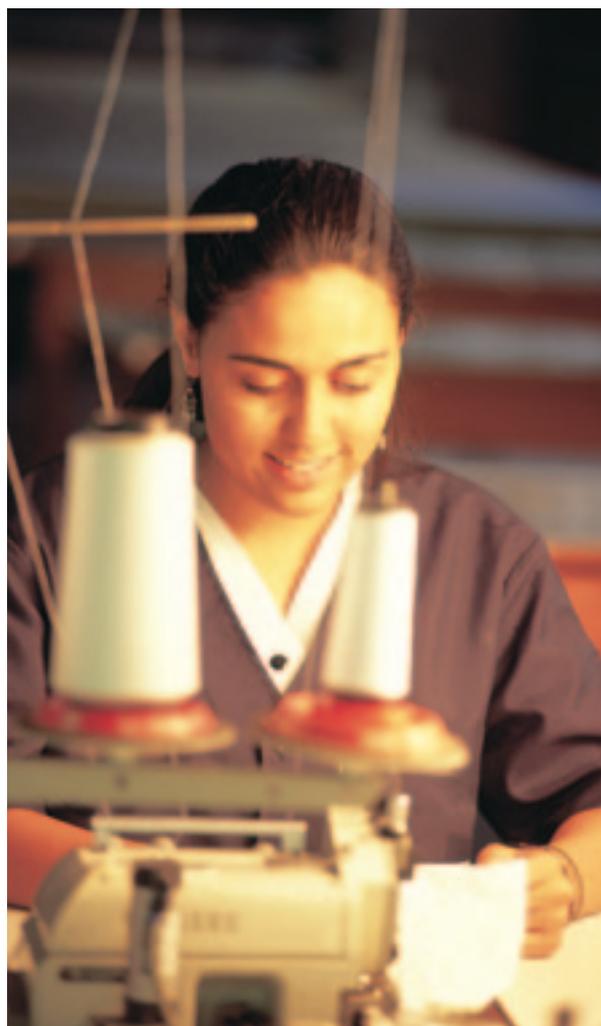
Durante o Seminário Como Facilitar a Abertura e a Legalização de Empresas, realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 23 de junho, no Rio, os palestrantes e debatedores concordaram que é fundamental adotar um amplo processo de desburocratização para melhorar o ambiente de negócios e garantir o crescimento econômico.

### **5.10 MICRO E PEQUENA EMPRESA**

**Criação de um ambiente mais favorável aos pequenos empreendimentos é decisiva para garantir o crescimento da economia**

Decisivas para o desenvolvimento do país, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 43,7% dos empregos do setor industrial. Com estruturas menores e mais flexíveis, são capazes de se adaptar rapidamente às novas tecnologias e produzir inovações. Apesar da importância para a economia brasileira, os pequenos negócios enfrentam dificuldades de acesso ao crédito, excesso de burocracia e elevados encargos trabalhistas.

Por isso, a CNI e o Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa discutem estratégias e formulam propostas que estimulem a expansão das micro e pequenas empresas. Representantes da indústria no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que reúne diversos órgãos públicos e entidades



privadas, sugeriram a obrigatoriedade de divulgação do Custo Efetivo Total (CET) dos empréstimos e financiamentos para esse tipo de empreendimento. Atendendo ao pedido do Fórum, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução 3.909, que obriga a divulgação do CET a partir de 2 de maio de 2011 para as empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões ao ano.

Com isso, as pequenas empresas saberão exatamente qual a taxa de juros e outros encargos que estão sendo cobrados nos empréstimos bancários. Antes, a obrigatoriedade de informar o CET era exclusiva para os empréstimos destinados às pessoas físicas e aqueles realizados com recursos de programas oficiais e de instituições de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em parceria com as federações de indústrias e instituições setoriais, a CNI também propôs a adoção de um limite único de faturamento para o enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional. Atualmente, a Lei Geral autoriza alguns estados a adotarem limite inferior aos R\$ 2,4 milhões para o enquadramento de pequenos negócios nos benefícios do Simples para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). Em 2010, 18 esta-

dos adotaram esse sublimite, que varia de R\$ 1,2 milhão a R\$ 1,8 milhão. A adoção do sublimite reduz a competitividade das pequenas empresas do Estado em comparação com as de outros locais que não adotam o sublimite.

Outra proposta da indústria é a simplificação da legislação trabalhista. A adoção do Simples Trabalhista incentivará a expansão dos pequenos negócios e a formalização do emprego.

## PRINCIPAIS AÇÕES PARA ESTIMULAR A EXPANSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

TEMA	AÇÃO
<b>Financiamento</b>	Defendeu a obrigatoriedade de divulgação do Custo Efetivo Total de empréstimos para micro e pequenas empresas. A proposta foi acolhida pelo Conselho Monetário Nacional e a Resolução 3.909, que entra em vigor a partir de 2 de maio de 2011, estabelece a obrigatoriedade de informar todas as taxas e encargos cobrados nos financiamentos às empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões por ano.
<b>Tributação</b>	Propôs, em parceria com as federações de indústrias e outras entidades setoriais, a adoção de um limite único de faturamento para enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional. Hoje, a Lei Geral autoriza alguns estados a adotarem limite inferior aos R\$ 2,4 milhões – o chamado sublimite, que varia de R\$ 1,2 milhão a R\$ 1,8 milhão. Em 2010, 18 estados adotaram o sublimite.

### ORIENTAÇÃO PARA O EMPRESÁRIO

A cartilha *FGO e FGI – Fundos Garantidores de Risco de Crédito* – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar orienta os empresários a usar esse importante instrumento de garantia de acesso ao crédito.

Patrocinada pelo Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da CNI, a cartilha ensina como esses fundos podem complementar as garantias exigidas pelos bancos nos financiamentos e como as empresas devem proceder para ter acesso. Em 2010, foram distribuídos 9.500 exemplares da cartilha às micro e pequenas empresas.





### **ESTÍMULO À COMPETITIVIDADE DOS PEQUENOS**

O apoio da CNI às micro e pequenas empresas vai além da formulação de propostas que visam à redução dos encargos e à criação de um ambiente mais favorável aos pequenos negócios. Desde 2000, a CNI coordena o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi). Resultado de uma parceria entre a CNI e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o programa apoia o aumento da produtividade e da competitividade dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva, localizadas na mesma região geográfica, que competem e cooperam entre si.

A fase do Procompi que começou em 2010 e se encerra em 2013 tem R\$ 30 milhões para financiar cem projetos que beneficiarão cerca de 2 mil empresas em todo o país. O programa financia ações como capacitação empresarial, inserção de produtos nos mercados nacional e internacional, qualificação e desenvolvimento de fornecedores, adequação de produtos e serviços às normas de qualidade, eficiência gerencial, redução de custos de produção, conservação do meio ambiente e inovação.

Os projetos, que podem ser propostos pelas federações de indústrias em parceria com as unidades estaduais do Sebrae, visam ao aumento da produtividade e do faturamento das empresas, geração de emprego e renda.

## 5.11 AÇÕES NO JUDICIÁRIO

### **Demandas apresentadas ao STF visam resguardar o cumprimento da Constituição Federal nas leis, normas e outros atos do Poder Público que têm impacto na economia**

Como representante da indústria, a CNI tem legitimidade, conferida pela Constituição Federal, para propor ações no Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, busca resguardar o cumprimento da Constituição na redação de leis, normas e outros atos do Poder Público com impacto na economia e na atividade industrial.

Em 2010, a CNI encaminhou ao Supremo seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI). Duas pedem a declaração de inconstitucionalidade das legislações de Santa Catarina e do Paraná que concedem incentivos fiscais que prejudicam a concorrência e estimulam a guerra fiscal. Em outra ação, a CNI questiona a prerro-

gativa da Secretaria de Direito Econômico de fazer inspeções administrativas nas empresas sem a autorização prévia da Justiça.

A indústria também pediu a declaração de inconstitucionalidade de artigos da Emenda Constitucional 62, de 2009, que criam um regime especial de pagamento dos precatórios e permitem que União, estados e municípios adiem a quitação da dívida. Além de dificultar o recebimento de precatórios, a emenda cria insegurança para futuros contratos das empresas com o poder público.

Em decisão cautelar de 25 de novembro de 2010, o Supremo acolheu a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.356, ajuizada pela CNI, e suspendeu a eficácia do artigo da Emenda Constitucional nº 30 que ampliou para até 10 anos o prazo de liquidação, pelo governo, dos precatórios pendentes.

#### AÇÕES AJUIZADAS PELA CNI EM 2010

- |                 |  |
|-----------------|--|
| <b>ADI 4481</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade dos artigos das leis do estado do Paraná, que, sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), concedem benefício tributário de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) à importação de produtos, o que provoca grave desigualdade concorrencial. |
| <b>ADI 4479</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade dos artigos das leis do Estado de Santa Catarina, que, sem autorização do Confaz, concedem benefício tributário de ICMS à importação de produtos, prejudicando a concorrência.  |
| <b>ADI 4474</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos legais que permitem inspeção administrativa determinada pelo secretário de Direito Econômico, sem autorização prévia do Poder Judiciário.   |
| <b>ADI 4425</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade dos artigos da Emenda Constitucional 62/2009 que instituem um novo sistema de pagamento de precatórios permitindo que União, estados e municípios adiem o pagamento e façam leilões de deságio dos precatórios.   |
| <b>ADI 4413</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade da interpretação do subitem 13.05, da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116/03, que entende a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) quando a atividade gráfica produz bens que serão utilizados em operações comerciais ou industriais posteriores.                           |
| <b>ADI 4391</b> | Pede a declaração de inconstitucionalidade da Lei Fluminense nº 5.627/09, de 28 de dezembro de 2009, que instituiu piso salarial para certas categorias a prevalecer sobre o salário estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho, quando este for inferior àquele.  |







# 6 DIÁLOGO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO



Ao defender a agenda da indústria nos Poderes Legislativo e Executivo, a CNI contribui para a formulação de políticas públicas que estimulam o crescimento das empresas e do país.

A indústria mantém um diálogo permanente e transparente com o Congresso Nacional e o governo. Em 2010, a equipe técnica da CNI, com o apoio do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, acompanhou 4.527 proposições legislativas no Congresso Nacional. Dessas, 318 foram avaliadas nas diversas instâncias do Legislativo, como as comissões técnicas e o plenário. A CNI apresentou sugestões de aperfeiçoamento a 164 projetos em andamento na Câmara dos Deputados e a 72 em tramitação no Senado.

Entre os projetos aprovados ao longo de 2010 que se transformaram em lei e contemplam as propostas da indústria estão o cadastro positivo, importante instrumento para reduzir os custos dos empréstimos bancários, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Além disso, a CNI ampliou a atuação na defesa de interesses da indústria junto ao Poder Executivo, indicando 90 representantes para participar do processo de construção de políticas públicas em fóruns governamentais, como grupos de trabalhos, comitês, conselhos, câmaras técnicas. Para orientar a atuação dos representantes, a CNI organizou um guia, que define padrões éticos e estimula a transparência e a objetividade na defesa dos interesses da indústria. A publicação intitulada *Guia do Representante da CNI* detalha requisitos, procedimentos, responsabilidades e fluxo de trabalho da atividade de representação.

Ao defender a agenda da indústria de forma clara e aberta nos Poderes Legislativo e Executivo, a CNI contribui para a formulação de políticas públicas e a elaboração de leis capazes de promover a expansão das empresas e o desenvolvimento econômico e social do país.





## AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

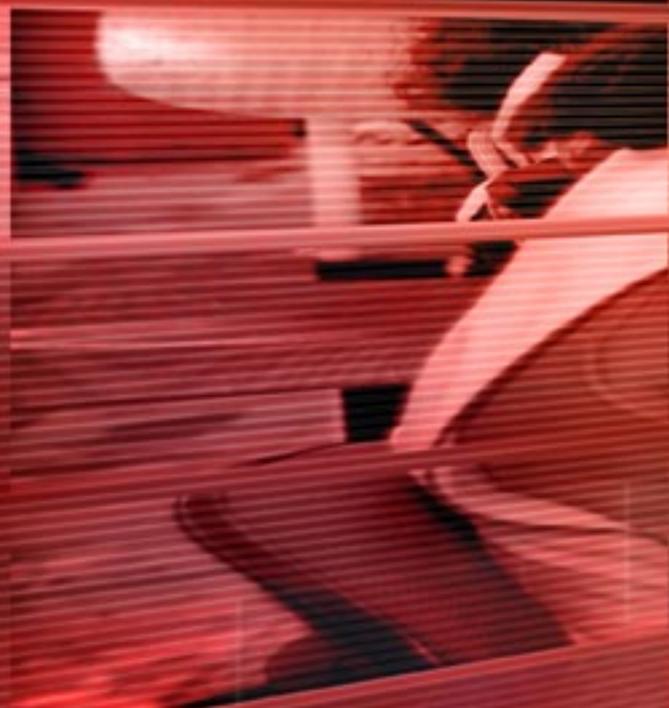
A Agenda Legislativa da Indústria revela a posição da indústria sobre as proposições elaboradas pelo Legislativo e o Executivo que têm impacto sobre a economia e o desempenho das empresas. A publicação anual, editada desde 1996, reafirma a liderança da CNI na defesa dos interesses do setor industrial.

Em 2010, a 15ª edição da Agenda, construída a partir do consenso entre representantes de 54 instituições empresariais, indicou o posicionamento da indústria em relação a 118 projetos com alto impacto sobre o ambiente de negócios.

A pauta mínima, composta por proposições consideradas prioritárias para a indústria, elegeu 20 projetos, entre os quais estavam a reforma tributária, a redução da jornada de trabalho, a reformulação da lei de licitações e a revisão do Código Florestal.

Para divulgar o andamento das proposições prioritárias na agenda da indústria, a CNI apresentou, em agosto, a publicação *Prestando Contas*. O balanço semestral também atualiza o posicionamento do setor produtivo diante de novos textos que tenham sido aprovados.







# 7 FORTALECIMENTO DAS BASES



O Programa de Desenvolvimento Associativo dá continuidade à capacitação de líderes sindicais e à modernização da gestão e da comunicação dos sindicatos industriais.

Criado em 2008 para modernizar e fortalecer os sindicatos industriais, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) ampliou, em 2010, as ações voltadas à capacitação de líderes sindicais e ao aprimoramento da gestão dos sindicatos. O planejamento e a execução dos projetos, que envolveram atividades de marketing associativo, receberam investimentos de R\$ 7,2 milhões entre setembro de 2009 e outubro de 2010.

Na área de capacitação de líderes sindicais, foram realizados cursos temáticos sobre a agenda de defesa de interesses em relações do trabalho, inovação, meio ambiente e política tributária e oficinas de negociação sindical, comunicação e oratória. Atendendo aos pedidos das federações de indústrias, a CNI ofereceu novas turmas do curso Liderança Empresarial Sindical e do treinamento a distância sobre gestão de projetos.

O PDA também reforçou as ações voltadas ao planejamento e à gestão dos sindicatos. O projeto Planejamento Estratégico dos Sindicatos apoiou a formulação de planos de ação de 286 sindicatos. Essas instituições receberam um software desenvolvido pela CNI que permite o registro de informações e o acompanhamento do planejamento estratégico e dos planos de ação.

Ainda na área de planejamento e gestão, a CNI elaborou a cartilha *Sindicato Legal – Passo a Passo para a Regularização de Sindicatos Empresariais*. Foi a primeira etapa do projeto Sindicato Legal, cujo objetivo é regularizar a situação legal e administrativa dos sindicatos.

Além disso, o PDA deu continuidade ao processo de implantação, pelas federações de indústrias, do Sistema

Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA). As federações de indústrias que implantaram o SIGA registraram um crescimento de 16,9% na arrecadação em 2010, comparado a 2009. Nas que não implantaram, o crescimento foi de 7,7%.

Na área de marketing associativo, foram desenvolvidos 72 sites para sindicatos e produzidos 135 mil portfólios, que divulgam a atuação dos sindicatos e das entidades do Sistema Indústria.

Em 2011, o PDA ampliará as iniciativas para fortalecer a comunicação entre sindicatos e empresas. Os sindicatos passarão a contar com um Boletim Eletrônico, que será enviado quinzenalmente às indústrias representadas. As atividades de capacitação envolverão, além de líderes sindicais, cada vez mais empresários. Entre outras atividades, destaca-se também a formulação de metodologia e o apoio à elaboração, pelos sindicatos, de agendas de defesa de interesse do setor.

#### **CLUBE DE BENEFÍCIOS**

A partir de 2011, o Programa de Desenvolvimento Associativo oferecerá às empresas associadas aos sindicatos industriais o Clube Indústria de Benefícios. Trata-se de um portal na internet que venderá produtos e serviços com descontos nos preços e condições de pagamentos facilitadas. Em 2010, além de apresentar o Clube a empresários e dirigentes de sindicatos em 20 estados e no Distrito Federal, a CNI e as federações de indústrias se concentraram na captação de patrocinadores e no desenvolvimento do portal de ofertas. O objetivo do clube é atrair novos associados aos sindicatos.

## RESULTADOS DO PDA EM 2010

### CAPACITAÇÃO

- Realização de 114 turmas dos módulos temáticos sobre defesa de interesses em 26 federações de indústrias. Dessas, 31 foram de Relações do Trabalho, 27 de Inovação, 28 de Meio Ambiente e 28 de Política Tributária
- Realização de 89 oficinas em 25 federações de indústrias. Dessas, 48 foram sobre Negociação Sindical e 41 sobre Comunicação e Oratória
- Realização de 40 turmas do curso Liderança Empresarial Sindical em 12 federações de indústrias, com a presença de 769 pessoas
- Ministrados 3 cursos a distância sobre gestão de projetos, que capacitaram 191 pessoas ligadas a 21 federações de indústrias

### PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Apoio a 286 sindicatos na criação de metodologia e na elaboração de planos de ação

- Distribuição de 3.480 cartilhas Sindicato Legal – Passo a Passo para a Regularização de Sindicatos Empresariais
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA) concluída em 18 e em andamento em 5 federações de indústrias
- Apoio financeiro à compra de 237 computadores, 177 impressoras, 79 aparelhos de fax e copiadoras e 100 projetores multimídia para informatização dos sindicatos ligados a 21 federações de indústrias

### MARKETING ASSOCIATIVO

- Implantação de 72 sites para sindicatos e realização de 23 treinamentos para administração dos portais
- Produção de 135 mil portfólios de sindicatos, com informações sobre a atuação do sindicato, da federação, da CNI, do Sesi, do SENAI e do IEL







# 8 MUDANÇA INTERNA

CNI  
SÉSI  
SENAT  
TEL **CNI**

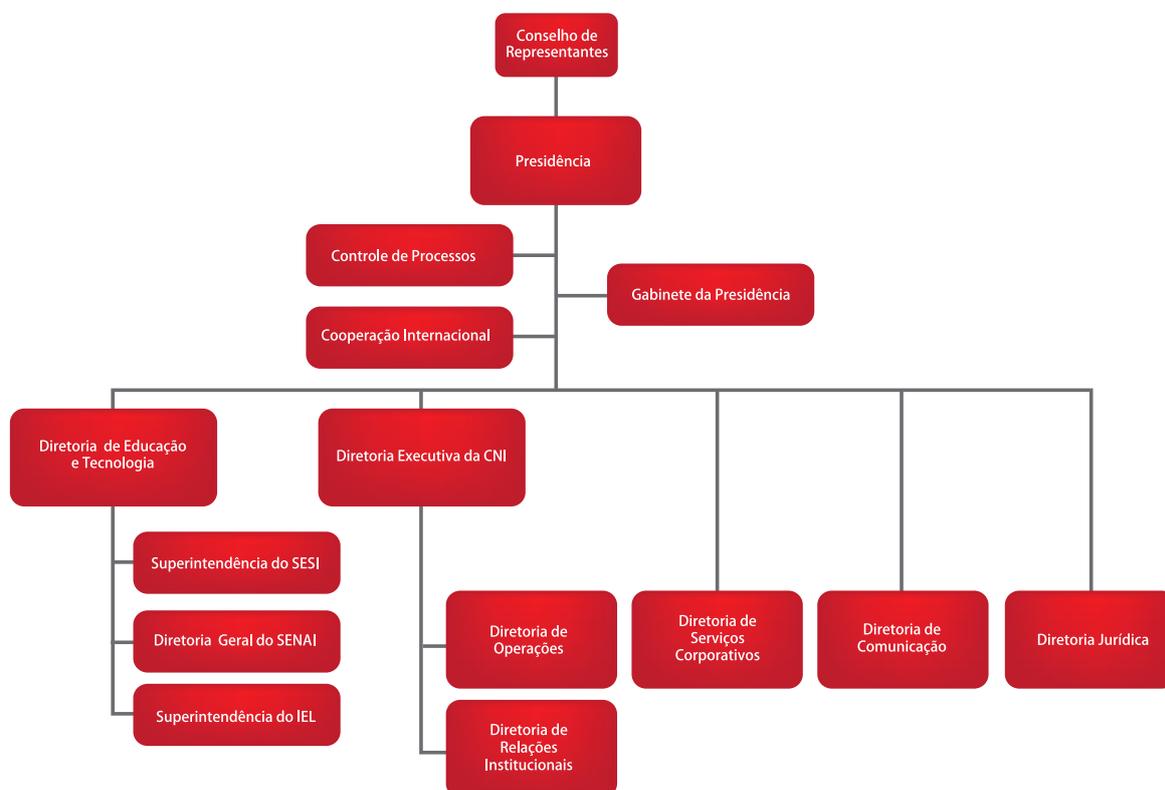
A diretoria que tomou posse em outubro de 2010 é resultado do consenso entre industriais.

Eleita por unanimidade, a nova diretoria da CNI tomou posse em 29 de outubro de 2010. Comandada pelo empresário mineiro Robson Braga de Andrade, a chapa única que concorreu às eleições realizadas em 12 de maio foi formada a partir do consenso entre os industriais brasileiros.

Na solenidade de posse da diretoria, realizada em 17 de novembro, Andrade reafirmou o compromisso da CNI com o desenvolvimento da indústria e do país. “O meu compromisso é o de ir além dos limites de nossas forças no sentido de contribuir para oferecer à sociedade brasileira respostas objetivas e consistentes a todas as questões que entravam a competitividade do país”, disse o empresário, na cerimônia que reuniu mais de 1.400 pessoas no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília. Participaram do evento o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de estado, líderes políticos e empresariais.

**Reorganização** – A troca de comando também alterou a estrutura organizacional da CNI. As mudanças visam aperfeiçoar o trabalho de defesa dos interesses e construção de uma indústria moderna e competitiva. Foram extintas a Superintendência Corporativa e a Superintendência de Planejamento, Orçamento de Gestão. As áreas corporativas ganharam status de diretoria e são: Diretoria de Comunicação e Diretoria Jurídica.

As áreas compartilhadas – recursos humanos, tecnologia da informação, financeiro, arrecadação, informação e documentação e apoio administrativo – passaram a ser coordenadas pela Diretoria de Serviços Corporativos. Também foi criada a Diretoria de Educação e Tecnologia, que agrega e coordena os trabalhos da Superintendência do SESI, a Diretoria Geral do SENAI e a Superintendência do IEL.





## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA**

### **PRESIDÊNCIA**

Robson Braga de Andrade  
PRESIDENTE

### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Cid Ferreira Lopes Filho  
CHEFE DE GABINETE

### **SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA**

Antonio Carlos Brito Maciel  
SUPERINTENDENTE

### **SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Carlos Francisco Moniz de Aragão  
SUPERINTENDENTE

### **SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA**

Helio Jose Ferreira Rocha  
SUPERINTENDENTE

### **SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS**

Carlos Francisco Moniz de Aragão  
SUPERINTENDENTE

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

José Augusto Coelho Fernandes  
DIRETOR

### **DIRETORIA DE OPERAÇÕES**

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti  
DIRETOR

### **DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Heloísa Regina Guimarães de Menezes  
DIRETORA

## **FEDERAÇÕES FILIADAS**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC  
João Francisco Salomão  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA  
José Carlos Lyra de Andrade  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAPÁ – FIAP  
Telma Lúcia de Azevedo Gurgel  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS – FIEAM  
Antônio Carlos da Silva  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB  
José de Freitas Mascarenhas  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC  
Roberto Proença de Macêdo  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL – FIBRA  
Antônio Rocha da Silva  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FINDES  
Lucas Izoton Vieira  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG  
Pedro Alves de Oliveira  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA  
Edílson Baldez das Neves  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT  
Mauro Mendes Ferreira (licenciado)  
Jandir José Milan (em exercício)  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FIEMS  
Sérgio Marcolino Longen  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG  
Olavo Machado Júnior  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA  
Jose Conrado Azevedo Santos  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP  
Francisco de Assis Benevides Gadelha  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP  
Rodrigo Costa da Rocha Loures  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE  
Jorge Wicks Côrte Real  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI  
Antônio José de Moraes Souza  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FIERN  
Flávio José Cavalcanti de Azevedo  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS  
Paulo Gilberto Fernandes Tigre  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN  
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – FIERO  
Denis Roberto Baú  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA – FIER  
Rivaldo Fernandes Neves  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC  
Alcantaro Corrêa  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP  
Paulo Antonio Skaf  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE - FIES  
Eduardo Prado de Oliveira  
PRESIDENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS - FIETO  
Roberto Magno Martins  
PRESIDENTE

## **GESTÃO DA PUBLICAÇÃO**

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO  
Eduardo Pessôa  
Débora Shimoda

## **DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS**

ÁREA CORPORATIVA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – ACIND  
NORMALIZAÇÃO

---

Diretoria de Comunicação  
FOTOS

Verene Wolke  
REDAÇÃO

Maria da Penha Oliveira Dutra  
REVISÃO GRAMATICAL

Bertoni Design  
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, REVISÃO E ARTE-FINAL

XXXXXXXXXXXX  
IMPRESSÃO

## **TIRAGEM**

1.000 EXEMPLARES





CNI  
SESI  
SENAI  
IEL

**CNI**